

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Doutor Jean Freire – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

1 – ATAS

- 1.1 – 9ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 19ª Legislatura – Destinada a homenagear a Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais – Adep-MG – pelos 40 anos de sua fundação
- 1.2 – Mesa da Assembleia
- 1.3 – Comissões

2 – ORDEM DO DIA

- 2.1 – Plenário

3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

- 3.1 – Comissões

4 – TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA

6 – ERRATA

ATAS

ATA DA 9ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/9/2021

Presidência do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

Sumário: Comparecimento – Abertura – Ata – Destinação da Reunião – Composição da Mesa – Registro de Presença – Execução do Hino Nacional – Exibição de Vídeo – Palavras do Presidente – Entrega de Placa – Palavras do Sr. Fernando Martelleto – Palavras do Presidente – Encerramento.

Comparecimento

– Comparecem a deputada e os deputados:

Celise Laviola – Dalmo Ribeiro Silva – Leonídio Bouças – Mauro Tramonte – Ulysses Gomes.

Abertura

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) – Às 20h10min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos.

Ata

– O presidente, nos termos do § 2º do art. 39 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve.

Destinação da Reunião

O locutor – Destina-se esta reunião a homenagear a Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais – Adep-MG – pelos 40 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor – Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Fernando Martelleto, presidente da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais - Adep-MG -; Nikolas Stefany Macedo Katopodis, subdefensor público-geral do Estado representando o defensor público-geral, Sr. Gério Patrocínio Soares; e Flávio Wandeck, diretor vice-presidente jurídico-legislativo da Anadep, representando a presidente, Sra. Rivana Ricarte; a Exma. Sra. Maria Auxiliadora Viana Pinto, defensora pública, decana da Defensoria Pública do Estado; e o Exmo. Sr. deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor – Registramos a agradeceremos a presença do corregedor-geral, Sr. Galeno Gomes Siqueira.

Execução do Hino Nacional

O locutor – Convidamos os presentes para, em posição de respeito, ouvir o Hino Nacional.

– Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor – Neste instante, assistiremos a um vídeo sobre os 40 anos da trajetória da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais - Adep-MG.

– Procede-se à exibição do vídeo.

O locutor – Com a palavra, para seu pronunciamento, o deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Palavras do Presidente

Muito boa noite, amigos e amigas. É um prazer recebê-los aqui, caríssimos defensores e defensoras. Quero saudá-los e agradecer-lhes a presença. Quero agradecer também a participação de todos os defensores e defensoras do nosso Estado de Minas Gerais que estão nos acompanhando pelo Zoom. É uma alegria muito grande recebê-los nesta Casa do povo.

Eu quero saudar inicialmente o nosso presidente da associação, o caríssimo amigo Fernando Martelleto. Saúdo V. Exa. e sua digníssima esposa Marina. Muito obrigado pela presença. Também quero saudar o Dr. Nikolas Katopodis, representando o nosso defensor público-geral, o caríssimo amigo Gério Patrocínio Soares. Quero enviar também ao nosso defensor Gério a nossa saudação, a nossa manifestação de respeito e de agradecimento.

Quero também cumprimentar o diretor vice-presidente jurídico-legislativo da Associação Nacional das Defensoras e Defensores Públicos - Anadep -, Dr. Flávio Wandeck, representando a nossa presidenta Rivana Ricarte. Muito obrigado; agradeço a V. Exa., que saiu de Brasília para estar aqui conosco.

Quero cumprimentar também a Exma. Sra. defensora pública Maria Auxiliadora Viana Pinto, decana da Defensoria Pública de Minas Gerais. Na pessoa de V. Exa., cumprimento e saúdo todas as nossas defensoras públicas de Minas. A presença de V. Exa. aqui, sem dúvida alguma, dá o brilhantismo da mulher defensora do Estado de Minas Gerais. Muito obrigado pela sua presença.

Eu quero agradecer, acompanhando-nos remotamente, à minha querida amiga deputada Celise Laviola e aos estimados deputados Mauro Tramonte e Ulysses Gomes. Eles estão nos acompanhando, neste momento, nesta homenagem que a Assembleia Legislativa faz à nossa querida Defensoria Pública.

Eu preparei aqui um razoado muito rápido, mas vou ver se consigo falar a voz do meu coração. É tão bom falar com os defensores e defensoras para dizer a todos vocês que a minha vida parlamentar se confunde muito com a nossa Defensoria Pública. Como advogado e criminalista da minha querida Ouro Fino, juntamente com meu pai, o advogado Demétrio Ribeiro Silva, e com meu tio Francisco Ribeiro Silva, sempre tive, acima de tudo, profundo respeito pela nossa Defensoria Pública.

Ao longo da minha vida pública, desde 1989, quando iniciei, sem dúvida alguma tive pela Defensoria Pública, aqui no Plenário, um grande respeito e, acima de tudo, a maior consideração. Vim para esta Casa imbuído do sentimento maior de trabalhar pela nossa Defensoria Pública. Sabíamos que os defensores trabalhavam muito e precisavam ter um instrumento legal jurídico para que pudessem ter, acima de tudo, a segurança jurídica e principalmente uma legislação própria.

E vim para cá em 1999. Tantas e tantas audiências públicas pudemos realizar neste Plenário, nos Plenarinhos, com a presença de todos aqueles que nos acompanhavam, erguendo a bandeira da Defensoria Pública, que sempre teve esse elo com meus seis mandatos, com o meu carinho, o meu respeito e principalmente defendendo essa grande bandeira que todos carregam. Começamos essa luta. Lembro-me perfeitamente de um dos primeiros requerimentos que fiz, caríssimo presidente, em 1999, logo no início do meu mandato, ao governador, ao saudoso Itamar Franco, para que ele pudesse encaminhar a esta Casa o projeto de lei complementar tão sonhado por todos. Foi uma luta, uma luta grande, não sozinho, mas com todos os defensores à época que empunhavam essa bandeira. Após quase três anos, conseguimos fazer com que o nosso governador, o saudoso Itamar Franco, encaminhasse a esta Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Complementar nº 50, tão conhecido e tão respeitado por todos daquela época. E começamos a trabalhar para o enriquecimento dessa importante matéria, que eu tinha certeza absoluta que seria, acima de tudo, o restabelecimento do trabalho a todos e a todas.

Audiências públicas fizemos aqui, na Assembleia Legislativa. Viajei por muitas cidades onde havia Defensoria Pública e que com certeza estava aguardando a sua lei complementar tão sonhada, tão esperada por todos. E conseguimos, em 2003, com certeza, depois de muito trabalho, de muitas audiências, de muitas emendas e de muitas discussões, lotar este Plenário. Do alto desta tribuna, eu também, mais uma vez, defendi a necessidade da aprovação do PLC, que se tornou a Lei Complementar nº 65 e hoje é a nossa bíblia, é o nosso mandamento.

Do alto desta tribuna, caríssimos e caríssimas defensoras, em tantas e tantas oportunidades, eu tive a alegria, a honra de falar na minha Defensoria Pública; nessa Defensoria Pública tão importante para a distribuição da própria Justiça, para a distribuição da dignidade humana, para a dignidade das questões sociais do nosso estado. Quando a aprovamos, foi uma festa; e, com certeza, na sua aprovação, nós tínhamos o início de um novo momento e de um novo tempo. Como foi bom! Se V. Exas. me indagarem sobre os momentos felizes que passei neste Parlamento nos meus seis mandatos, posso falar, sem dúvida alguma, que, para mim, esse momento foi um dos mais felizes que tive. Foi o momento em que iniciei isso, quando vim lá da minha querida Ouro Fino, trabalhando incansavelmente, desde o governo que estava se iniciando, o governo Itamar Franco, para, com certeza, posteriormente, contar com a sanção do governador Aécio Neves, tão importante para todos.

Então, estou aqui, caríssimo presidente, caríssimos defensores e defensoras, neste momento, para homenageá-los. Estou extremamente emocionado. Diferente daquelas vezes em que defendíamos, inclusive, todas as ações dos projetos que a Defensoria Pública mandou para cá... Todas às vezes em que pudemos ouvir e falar, sempre fomos atendidos pela prerrogativa que os senhores merecem, pelas tratativas estabelecidas na Lei Complementar nº 65. Construímos com todos vocês uma pista forte por meio da qual hoje todos, em seus escritórios, em seus gabinetes, têm prestado os mais relevantes serviços à nossa sociedade, às nossas comarcas.

Eu gostaria muito também de prestar uma homenagem - e faço questão de buscar os nossos conterrâneos de Ouro Fino. Ouro Fino é minha terra natal, assim como a terra natal de dois defensores públicos: Dr. Felipe Favilla, defensor público de Guaxupé, a quem mando um abraço; e Dr. Evandro Santos, que é o nosso defensor de Ouro Fino. Na pessoa deles, eu cumprimento e saúdo a todos. Sei, inclusive, do trabalho que eles realizam com tanta seriedade. Além de saudá-los, eu não poderia me esquecer daqueles outros que trabalharam conosco. Faço questão de trazer essas lembranças ao longo dessa primeira hora, saudando todos os defensores públicos, meus amigos. Com saudade, lembro-me do Dr. Egberto, do Leopoldo Portela Júnior, do Glauco David de Oliveira, da Andréa Abritta, do Eduardo Cyrino Generoso, aqui presente, nosso amigo incansável; além disso, do Felipe Cardoso

Soledade, da Cristiane Procópio, do Eduardo Pinheiro e de tantos outros que trabalharam tanto, a exemplo até da nossa amiga, a doutora defensora pública que hoje nos representa aqui, neste momento. Faço essa saudação a todos.

Quero destacar que, durante essa caminhada, sem dúvida alguma sempre tive relações muito próximas com a nossa defensoria. Nesse tempo, eu sempre me coloquei à disposição, na interlocução com o governo, para tratar dos projetos que tramitavam ou que ainda tramitam nesta Casa, para o recebimento das sugestões dos defensores no sentido do aprimoramento da matéria, sempre levando à aprovação do Plenário.

Quero destacar também que todos os parlamentares aqui, da nossa Assembleia, têm pela Defensoria Pública profundo carinho e respeito, porque todas as matérias que aqui vieram para serem aprovadas mereceram, sem dúvida alguma, aprovação unânime, dada a importância que a nossa Defensoria Pública tem para Minas Gerais e para as nossas comarcas.

Faço esse registro, meus senhores e minhas senhoras defensoras que nos assistem de longe e de perto, para expressar a emoção que sinto, neste momento, de participar dos 40 anos da história da Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais, que agora já completa 41 anos de uma longa e bem sucedida caminhada, fruto de uma construção que leva ao reconhecimento de ser uma das defensorias mais respeitadas, reconhecidas e atuantes.

Eu estava em Brasília há pouco tempo quando comecei a conversar com um defensor do Rio Grande do Sul, que fez muita questão de elogiar a nossa defensoria de Minas Gerais. É tão bom ouvir pessoas lá fora falando, inclusive, do exemplo da nossa Defensoria Pública de Minas pela unidade incansável e respeitada de todos os senhores, de todos os defensores que nos acompanham nos seus gabinetes, buscando, inclusive, restabelecer a dignidade, a família, o direito de cada um tanto no Tribunal de Justiça quanto em pensões alimentícias. É o apostolado, sem dúvida alguma! Para nós, que fazemos advocacia, e principalmente para vocês, defensores e defensoras; acima de tudo, faz parte da nossa vida como se fosse vida nossa. É isso que nos reencanta, é isso que engradece a participação do defensor público.

Eu fico feliz de estar numa comarca e faço questão de visitar uma Defensoria Pública para conhecer de perto um pouco o dia a dia do defensor: são inúmeras audiências, processos aguardando o trabalho incansável, realizado de madrugada ou de noite, com viagens por estrada de terra; trabalho incansável para participar, fazer o seu sacerdócio, que é a distribuição da Justiça, da dignidade e dos princípios constitucionais. Destaco também a participação decisiva do nosso defensor-geral, Dr. Gério, que muito tem trabalhado para os avanços político-institucionais que contribuem para a conservação da autonomia e independência da Defensoria Pública. Sem dúvida alguma, incansável trabalhador; incansável defensor com toda a sua diretoria, a quem quero render as nossas homenagens.

Do mesmo modo, agradeço, em nome do conjunto de todos os colegas deputados desta Casa, ao nosso presidente, deputado Agostinho Patrus, que acatou e adotou providências necessárias para que pudéssemos estar aqui comemorando esta importante data. Não posso deixar também de cumprimentar e de estender as nossas homenagens a todos aqueles que estão nos assistindo no conjunto dos bravos defensores espalhados por toda Minas Gerais; e o faça na pessoa do meu caríssimo defensor, Dr. Fernando Martelletto, a quem quero cumprimentar, assim como a sua diretoria e a todos os funcionários da nossa associação. É um prazer sempre recebê-lo nesta Casa. V. Exa. é tão querido, tão respeitado por todos! Recebê-lo aqui, na nossa Casa, é um sinal dessa parceria, de que sempre poderá contar com todos os parlamentares.

Quero ainda prestar também uma homenagem aos meus diletos advogados: Dr. Leo, Dr. João Vítor, que não mediram esforços também para organizar este encontro. Desde o ano passado estávamos querendo homenageá-los. Muitas vezes a gente não agradece; a gente homenageia. Eu queria homenageá-los onde vocês merecem, onde a gente discute as suas leis, as leis com que vocês realmente trabalham; e seria aqui, no Plenário. Com essa pandemia, não pudemos realizar essa homenagem no ano passado, mas hoje abrimos as portas do nosso Plenário para dizer da nossa satisfação muito grande em recebê-los e homenageá-los.

Nessa perspectiva, a Defensoria Pública tem se apresentado como um eficaz instrumento que vale para cada cidadão: a efetivação dos seus direitos intransponíveis. Muito disso se deve aos avanços normativos implementados por esta Casa ao longo dos

últimos anos, mas, sobretudo, pelo empenho diário de cada defensor e defensora que tem carregado a sua bandeira em defesa dos direitos difusos, da plenitude e da cidadania como o norte da missão institucional que lhes foi outorgada. A partir daí, não sem muita luta, vem consolidando um espectro de atuação para além das tradicionais competências atribuídas à instituição. Para tanto, vale destacar a decisiva atuação da nossa Adep. Estava lembrando agora há pouco o nosso empenho pela Defensoria Pública, praticamente desde quando viemos para a Assembleia. Sempre empenhado... E o Dr. Generoso está aqui e sempre esteve conosco nos primeiros passos acompanhando todo o andamento do PLC nº 50 se transformando na Lei Complementar nº 65, com a participação de tantos defensores. Então, a Defensoria Pública tem uma historia com o Parlamento. Todos os parlamentares também têm respeito por ela. Como eu disse, ela se confunde com a minha própria vida como advogado, como parlamentar. Esta saudação é produzida com a maior força dentro do nosso coração e do nosso sentimento.

Novos contornos tem-se dado à Defensoria Pública brasileira. Destaco o reconhecimento de sua autonomia frente aos demais Poderes do Estado, a legitimidade para atuar de forma coletiva, a atuação precípua da defesa dos direitos humanos, a importância primordial na solução extrajudicial de conflitos, o reconhecimento da instituição como um dos órgãos da execução de pena, a legitimação e a atuação de proteção individual e coletiva dos grupos socialmente vulneráveis, tais como a criança, o adolescente, o idoso, a pessoa portadora de necessidades especiais, a mulher vítima de violência doméstica e familiar e outros grupos sociais que mereçam proteção especial. A defensoria sempre está presente de uma forma muito especial, carinhosamente, buscando uma solução através de tantos conflitos que surgem. Hoje a sua competência constitucional vai muito mais além da esfera criminal, pois atua em favor de todos os cidadãos economicamente pobres, como historicamente se reconhecia. Firma-se, num cenário atual, a Defensoria Pública como um instrumento capaz de buscar a efetivação de direitos do cidadão frente a um Estado muitas vezes insuficiente. Em face dessa sua atuação responsiva, verificamos constar do planejamento dos objetivos da nossa Adep, que completa 40 anos, 41 anos, a busca de ações estratégicas para a elaboração de projetos, de novas sedes que possam atender a integridade das comarcas do Estado, objetivando, afinal, uma instituição fortalecida, capaz de atender enormes demandas de cada cidadão. Assim sendo, caríssimos defensores e defensoras, é preciso que reconheçamos a Defensoria Pública como única e última fronteira de que se vale o cidadão comum para fazer frente, ainda distante, à consolidação dos direitos difusos; instituição essa que tem papel central na efetivação dos direitos positivados e na redução da desigualdade social.

Ao apreciarmos o belo projeto da Linha do Tempo, publicado no *site* da Adep, que remonta a história da entidade durante esses 40 anos, deparamos, caríssimo presidente, com o seguinte pensamento: "A história é êmula do tempo, repositório dos fatos, testemunha do passado, exemplo do presente, advertência do futuro". Essa frase do escritor castelhano Miguel de Cervantes explica bem o papel da história e a sua importância para a construção do mundo. Com essa visão, a Adep resgata, por ocasião dessa singela homenagem que prestamos neste momento, tudo aquilo que já fez e fará. Agora, nos seus 41 anos desta caminhada tão preciosa, tão respeitada e tão querida por todos, fundada em 16/9/1980, a Adep chega aos seus 41 anos como entidade consolidada e respeitada nacionalmente na defesa das classes e comprometida com o fortalecimento de todos.

Quero finalizar dizendo da minha satisfação, da minha alegria em homenageá-los. Todos os defensores do Estado de Minas Gerais merecem o nosso aplauso, o nosso reconhecimento. E queremos entregar à nossa associação, na pessoa do seu querido presidente e de todos os nossos defensores, essa lembrança, essa recordação, essa gratidão do povo de Minas Gerais por tudo que os senhores têm feito em prol da cidadania, da dignidade e principalmente das famílias mineiras que tanto têm lutado, que tanto precisam do nosso defensor e da nossa defensora. Por essa razão, sinto-me muito feliz, muito honrado. Durante esse nosso tempo como parlamentar, desde quando do primeiro momento em que pudemos trabalhar no Projeto de Lei Complementar nº 50, quando iniciou até, inclusive, a sua lei complementar, e hoje, na linha do tempo, 40 anos já se vão.

Então quero saudá-los e agradecer muito. Contem sempre com a nossa Assembleia Legislativa, com todos os deputados e todas as deputadas porque todos nós temos um profundo carinho por todos vocês. E através da minha voz singela e humilde, no alto

desta tribuna, mais uma vez eu aqui estou. Eu me converto e peço *venia* a todos para abraçá-los nesse dia tão feliz do aniversário da nossa querida Adep.

Deus seja louvado e muito obrigado a todos. Vivam os defensores públicos e as defensoras públicas de Minas Gerais! Vão com Deus e contem conosco. Muito obrigado.

Entrega de Placa

O locutor – Neste momento, o deputado Dalmo Ribeiro Silva, neste ato representando o presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus, fará a entrega de uma placa alusiva a esta homenagem ao Exmo. Sr. Fernando Martelleto. A placa contém os seguintes dizeres: (- Lê:) “A Defensoria Pública é um órgão essencial à função jurisdicional do Estado, oferecendo gratuitamente aos mais necessitados serviços como orientação jurídica, intermediação de conflitos e defesa em ações judiciais. Com o propósito de fortalecer tão nobre instituição e de valorizar seus membros foi criada a Associação das defensoras e dos defensores públicos de Minas Gerais – Adep-MG. Ao longo de sua história, essa entidade de classe tem cumprido, de forma exemplar, a sua principal missão: garantir à parcela mais vulnerável da sociedade o acesso à Justiça. Ao completar 40 anos de existência, a Adep-MG recebe justa homenagem da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais pela excelente assistência jurídica prestada aos mineiros economicamente carentes, contribuindo para que todos sejam iguais perante a lei.”

– Procede-se à entrega de placa.

Palavras do Sr. Fernando Martelleto

Exmo. Sr. Deputado Dalmo Ribeiro Silva, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, neste ato representando o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, deputado Agostinho Patrus; Exmo. Sr. Subdefensor Público-Geral do Estado de Minas Gerais, Nicolas Stefany Macedo katopodis, representando o defensor público-geral do Estado de Minas Gerais, Gério Patrocínio Soares; Exmo. Sr. diretor vice-presidente Jurídico-Legislativo da Associação Nacional de Defensoras e Defensores Públicos - Anadep -, Dr. Flávio Wandeck, nosso colega de Minas Gerais, representando a presidenta Rivana Ricarte; Exma. Sra. Defensora Pública Maria Auxiliadora Viana Pinto, decana da Defensoria Pública de Minas Gerais; demais autoridades parlamentares e autoridades civis, militares, estaduais e federais; representantes das entidades da sociedade civil organizada; colegas defensoras e defensores públicos; membros dos conselhos diretor, fiscal e consultivo; funcionários e colaboradores externos da Adep-MG; minha querida esposa, Maria Lúcia Martelleto e as minhas amadas filhinhas Maria Gabriela e Maria Isabela, que nos assistem pela TV Assembleia da casa da tia Janine, recebam o meu beijo; senhoras e senhores aqui presentes e os que nos acompanham por transmissão virtual, boa noite.

É com imensa honra e alegria que hoje compareço, acompanhado de meus pares, a este Plenário da Assembleia de Minas Gerais perante tantas personalidades ilustres e pessoas queridas para receber, desta Casa do povo mineiro, a homenagem à Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais pelos seus 40 anos de existência, completados há exato um ano, em 16 de setembro de 2020, mas que, em razão das restrições sanitárias decorrentes da pandemia de Covid-19, somente na data de hoje está sendo possível ser realizada.

E desde já faço o registro do nosso profundo agradecimento ao deputado Dalmo Ribeiro, amigo leal, parceiro e - por que não dizer? - padrinho da Defensoria Pública aqui nesta Assembleia Legislativa; e à sua valorosa equipe de assessores, aos diletos Leonardo e João Vítor pela iniciativa da proposta de realização desta solenidade.

Vou pedir licença, quebrando o protocolo, para retirar a máscara, porque estou com um pouco de dificuldade para me manifestar.

A Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos de Minas Gerais, abreviadamente Adep-MG, fundada em 16/9/1980, e declarada de utilidade pública pela Lei Estadual nº 8.813, de 5/6/1985, é sociedade civil sem fins lucrativos que congrega

as defensoras e os defensores públicos do Estado de Minas Gerais em atividade, aposentados e pensionistas, voltada para a defesa das suas garantias, prerrogativas, direitos e interesses, pugnando sempre pela independência e prestígio da Defensoria Pública.

Destacam-se, dentre as relevantes finalidades estatutárias da Adep-MG: colaborar com os Poderes constituídos no aperfeiçoamento da ordem jurídica, fazendo representações, indicações, requerimentos ou sugestões à legislação existente ou a projetos em tramitação; propor ação direta de inconstitucionalidade, em face de lei ou ato normativo estadual ou municipal, ou por omissão, em face da Constituição do Estado de Minas Gerais, nos termos do seu art. 118; promover a valorização profissional dos membros da carreira e pugnar por justa e digna remuneração condizente com a importância do cargo de defensora e de defensor público; e contribuir para a elevação moral da Defensoria Pública de Minas Gerais. Tais atribuições estatutárias, pela relevância e pertinência temática que guardam com o exercício do Poder Legislativo conferido aos membros desta Casa, formam os pilares da ponte que nos une e pela qual transitam nossas relações, deputado Dalmo Ribeiro, sempre pautadas pela ética, respeito, harmonia e espírito colaborativo na atuação e na salutar convivência com os senhores e as senhoras deputadas e deputados estaduais, seus assessores e demais servidores desta Casa.

Nesses mais de 40 anos de jornada, a atuação institucional da Adep-MG se alinha e se harmoniza com a própria história da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, em que as senhoras deputadas e os senhores deputados, legítimos representantes do povo mineiro, fiéis aos ideais de liberdade de sua tradição e com base nas suas aspirações, empenham-se diuturnamente pela consolidação dos princípios estabelecidos na Constituição da República, garantido o direito de todos à cidadania plena, ao desenvolvimento e à vida, numa sociedade fraterna, pluralista e sem preconceito, fundada na justiça social e na luta permanente pela universalização do acesso à Justiça.

Também assim tem sido o propósito e a forma de atuar da Adep-MG, com o mesmo trabalho incansável, esforço e empenho de V. Exas., deputado, buscando sempre trazer a sua contribuição para a realização dos objetivos constitucionais da Defensoria Pública erigidas nos arts. 134 da Constituição Federal e 129-A da Constituição do Estado de Minas Gerais, como instituição pública, permanente e autônoma e de expressão e instrumento de afirmação do Estado Democrático de Direito e de garantia da efetividade dos direitos humanos e dos princípios constitucionais da ampla defesa, do contraditório, do acesso à ordem jurídica justa e do devido processo legal em todos os graus - judicial e extrajudicial - aos necessitados, assim compreendidos aqueles em estado de hipossuficiência econômica ou de qualquer outra forma de vulnerabilidade social, os nossos chamados assistidos.

Por meio da elevada interlocução com o Legislativo, a Adep-MG tem buscado a todo tempo auxiliar os nobres membros desta Casa na concepção de políticas públicas e da viabilização de meios materiais para que, no trabalho institucional conjunto entre a Defensoria Pública e o Parlamento, seja possível atender ao chamado daqueles que clamam por justiça sem serem ouvidos e, muitas vezes, sequer notados numa completa invisibilidade social e ausência de meios para o acesso aos bens da vida, subtraindo-lhes a própria dignidade da pessoa humana.

Por oportuno, há de se reconhecer e em muito agradecer a esta Casa a carreira da Defensoria Pública mineira, que muito avançou nesses 41 anos, fruto do trabalho e do apoio das senhoras deputadas e dos senhores deputados estaduais, destacando-se, como já bem o fez o nosso anfitrião, deputado Dalmo Ribeiro, a edição da Lei Complementar nº 65, sancionada em 16/1/2003, que organiza a Defensoria Pública do Estado, define sua competência e dispõe sobre a carreira de defensor público e dá outras providências, e suas atualizações posteriores, deputado Dalmo Ribeiro, pelas Leis Complementares nºs 87, de 12/1/2006; 92, de 23/6/2006; 101, de 23/11/2007; 134, de 7/5/2014; 141, de 13/12/2016; e mais recentemente as Leis Complementares nºs 161 e 164, do último dia 4/8/2021, todas buscando estar em conformidade com a Lei Complementar Federal nº 80, de 1994, que organiza a Defensoria Pública da União, do Distrito Federal e dos territórios e prescreve normas gerais para a sua organização nos estados, alterada pela Lei Complementar nº 132, em 2009, e em atendimento à Emenda Constitucional nº 45, de 2004, que instituiu autonomia administrativa, funcional e orçamentária às defensorias públicas, além da iniciativa de lei conferida ao chefe da instituição, permitindo uma melhor

estruturação material e de pessoal para a consecução da sua missão constitucional de prestação de assistência jurídica integral e gratuita aos hipossuficientes vulneráveis, dentro de um arcabouço jurídico que se harmoniza entre os planos federal e estadual, deputado, de onde se nota claramente como jorram as leis e jorra a justiça, como um rio caudaloso, sempre com um trabalho voltado para a defesa desses vulneráveis e hipossuficientes. O trabalho é digno de reconhecimento e de homenagens.

Aqui faço um parêntese para reconhecer os esforços e brindar as conquistas das gestões passadas da Adep, homenageando a todos os seus integrantes por intermédio dos ex-presidentes José Antônio Neves César, José Carlos Pires, Maria Carmen Becattini, Leone Caetano Pinto, Sinval Natal de Paiva, Piedade Ferreira dos Anjos Figueira, Maria Auxiliadora Viana, nossa decana que nos honra com sua presença. V. Exa. é um ícone, é uma lenda viva da Defensoria Pública de Minas Gerais, a quem rendemos as nossas mais sinceras e respeitadas homenagens nesta data de hoje.

Também Vicente de Paula Pereira, Iracema Helena Bellusci Paolucci Amorim, e a sua nova fase sob a presidência do saudoso Egberto Campos Batista, a quem tivemos a honra de homenagear no ano dos 40 anos da Adep dando o seu nome à nossa sala de reuniões - presidente Egberto Campos Batista -, por ser ele a pessoa que nos inspira quando dá concretude à palavra "reunião". Àquele que trouxe de volta, que uniu novamente os que estavam desunidos, inaugurando uma nova fase, brilhante e vitoriosa, da Adep-MG nos idos de 1998, fica aqui a nossa homenagem póstuma mais uma vez. Também a Leopoldo Portela Júnior, Glauco David de Oliveira Souza, Eduardo Cyrino Generoso, Felipe Augusto Cardoso Soledade, meu dileto amigo, a quem cumprimento especialmente por toda a nossa trajetória na carreira da Defensoria. Quanto aprendi com V. Exa., Dr. Felipe! O meu muito obrigado. E também ao dileto amigo Eduardo Cavaliere Pinheiro.

Todavia, muito mais ainda está por se fazer para se alcançar a completa e efetiva universalização do acesso à justiça em nosso Estado de Minas Gerais. Além da determinação prevista no § 2º do art. 130 da Constituição Estadual desde 2003 de que, abrem-se aspas, "é obrigatória a criação de órgão da Defensoria Pública em todas as comarcas", fecham-se aspas, a Emenda à Constituição Federal nº 80, promulgada em 4/6/2014, impôs ao Estado brasileiro que este deveria, em oito anos, dotar todas as comarcas do País de, pelo menos, um defensor público. O prazo se esgota, portanto, no próximo dia 4/6/2022. Pouco mais de 40% do território nacional está provido de Defensoria Pública, sendo que em Minas Gerais o cenário é ainda mais grave, haja vista o baixo índice de ocupação, pois apenas 37% das comarcas do Estado são dotadas de Defensoria Pública; sendo certo, ainda, que em sua maioria o serviço é prestado de forma precária em face da ausência de defensores públicos na carreira para preencher os cargos vagos ou mesmo de estrutura material e de pessoal de apoio para a abertura das portas da Casa da Cidadania aos assistidos.

Nesse sentido, e com o propósito de alertar as autoridades estaduais para o comando constitucional a ser cumprido, a Adep-MG lançou recentemente o Diagnóstico Institucional da Defensoria Pública de Minas Gerais, uma análise estrutural da nossa Defensoria Pública, e o desafio para o cumprimento da Emenda Constitucional nº 80, de 2014, que traz uma visão geopolítica e populacional de Minas Gerais, bem como o levantamento da presença das defensoras e dos defensores públicos no Estado e dos serviços da defensoria disponibilizados para a população em cada região.

E aqui, deputado Dalmo e demais colegas, informo a todos os senhores que já tomamos as devidas providências para que este material rico e importante tenha chegado às mãos de todos os parlamentares, não só desta Casa, no plano estadual, como também a toda a bancada federal na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, assim como também a S. Exa. o governador do Estado Romeu Zema, para que todos, além de conhecerem a realidade da Defensoria Pública de Minas Gerais, possam utilizá-la como instrumento de consulta e de análise para que possam fomentar políticas públicas inclusivas e voltadas para a população carente do Estado de Minas Gerais.

O desafio é enorme, mas temos certeza de que com trabalho, afinho, coragem e suor, todos nós, em conjunto, venceremos esse desafio. O diagnóstico apontou que a Defensoria Pública está presente em apenas 110 das 296 comarcas de Minas Gerais. O levantamento revela ainda que, mesmo com apenas 672 defensoras e defensores públicos, em 2020 foram realizados quase 2 milhões

de atendimentos e de prestações jurídicas em plena pandemia. De acordo com a Lei Complementar nº 65/2003, que organiza e rege a carreira da Defensoria Pública no Estado de Minas Gerais, deveríamos contar com 1.200 defensores públicos em nossos quadros, e hoje somos apenas 675 - dados já atualizados, de acordo com as últimas nomeações realizadas na carreira. Tive a ótima notícia aqui, Dr. Nikolas, de que, até o final do mês, teremos o ingresso de mais um colega ocupando a vaga de um dos nossos valorosos defensores que se aposentou.

Volto a insistir: o desafio de pintar todo o mapa do Brasil e, em especial, o de Minas Gerais de verde, que é a cor da esperança e não por acaso a cor da Defensoria Pública, é mesmo gigantesco, sobretudo nesses tempos de recursos financeiros escassos, mas, volto a dizer, não é impossível. Para tanto, é preciso que os investimentos e os aportes orçamentários não só acompanhem o crescimento vegetativo decorrente do corrosivo processo inflacionário que volta a nos atormentar, mas também que aumentem substancialmente para que a Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais efetivamente realize a sua missão constitucional, bem como que os seus membros de carreira e servidores sejam reconhecidos e valorizados, Dr. Adalberto Quaresma, que aqui representa os servidores da casa, notadamente por serem também os defensores públicos agentes de transformação social na execução das políticas públicas voltadas para a redução das desigualdades sociais, fator preponderante na recomposição do já esgarçado tecido social, em que o crescimento da pobreza e o conseqüente aumento das desigualdades têm sido os maiores reflexos sobretudo nesses tempos de pandemia.

Já caminhando para o final, quero agradecer e parabenizar a todos os membros dos conselhos diretor, fiscal e consultivo desta e das anteriores gestões pelo profícuo trabalho realizado em prol da classe das defensoras e dos defensores públicos, assim como conchamar todos os membros da carreira a cerrarem fileiras junto à nossa associação de classe para, cada vez mais unidos e fortalecidos, enfrentarmos os desafios que se apresentam para a consolidação da nossa carreira e do nosso papel social.

Também agradeço à Associação Nacional dos Defensores Públicos - Anadep -, na pessoa da nossa presidenta Rivana Ricarte, aqui representada pelo colega e amigo, defensor público de Minas Gerais Flávio Wandek, que também é vice-presidente Jurídico-Legislativo da associação nacional, que, atuando conjuntamente e em sintonia com as demais carreiras jurídicas, têm trabalhado efetivamente para alcançar a unidade e o engrandecimento da Defensoria Pública em âmbito nacional, mediante o devido reconhecimento e fortalecimento da nossa carreira perante o sistema de Justiça, além da vigilância e da atuação contra quaisquer investidas que signifiquem retrocessos institucionais.

Desculpem-me, senhoras e senhores, pelo prolongamento da fala e adiantado da hora, mas não poderia deixar de expressar o quanto me sinto honrado e feliz em estar aqui hoje para receber das mãos do nosso querido amigo, deputado Dalmo Ribeiro, esta homenagem prestada pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais pela comemoração dos 40 anos da vida e da história de lutas e conquistas da Associação das Defensoras e dos Defensores Públicos mineiros, que se traduz numa homenagem a todos os membros e servidores da nossa casa, a Defensoria Pública de Minas Gerais. A todas e a todos, o meu sincero e respeitoso muito obrigado.

O locutor – Com a palavra, representando o deputado Agostinho Patrus, presidente desta Casa, o deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Palavras do Presidente

Quero, em nome do nosso caríssimo presidente da Assembleia, deputado Agostinho Patrus, agradecer a honrosa presença a todos os senhores defensores e defensoras, àqueles que nos acompanham pela TV Assembleia, e fazer as nossas homenagens. Ele pediu-me que, em seu nome, tecesse algumas considerações a respeito da nossa querida Defensoria Pública. Eu o farei com muito prazer, sabendo inclusive do carinho que nosso presidente sempre teve pelos nossos defensores e defensoras, pautando importantes projetos aqui no Parlamento e dando inclusive uma abertura muito grande ao diálogo, ao entendimento com a nossa Defensoria Pública.

Eis a mensagem de nosso presidente: (– Lê:) “Há 40 anos, a Associação dos Defensores Públicos de Minas Gerais vem atuando junto à classe, contribuindo efetivamente para a história da defesa da sociedade e da garantia de acesso à Justiça. Hoje a reconhecida entidade é vista como uma das mais antigas e consistentes do País na defesa do apoio e na proteção de seus associados. Instituição civil sem fins lucrativos, representa defensoras e defensores ativos e inativos, constitucionalmente responsáveis em todos os graus de jurisdição pelas pessoas em situação de vulnerabilidade. A associação vem, ao longo desses anos, colaborando no aperfeiçoamento da ordem jurídica com sugestões e atuações efetivas em projetos em tramitação neste Legislativo.

A Defensoria Pública foi instituída entre nós pela Lei nº 10.448, de 9/5/2002, criada a partir da Constituição Federal, que veio englobar a orientação do auxílio extrajudicial à comunidade, além de sua defesa junto aos órgãos jurisdicionais. É, portanto, recente o surgimento da categoria dos defensores públicos, profissionais do direito litigando em favor dos seus assistidos em todas as instâncias, em todos os segmentos, seja diante das pessoas físicas, seja diante das pessoas jurídicas em relação à administração jurídica ou privada. Em boa hora, nasceu essa associação, sempre lutando pelo fortalecimento e, ao longo, distinguindo-se como referência entre as demais entidades da classe presentes no mundo jurídico.

A Defensoria Pública de Minas Gerais, uma das pioneiras do País, vem propiciar o acesso de todos à Justiça, dando suporte aos direitos fundamentais previstos na Constituição, no mesmo plano na magistratura e também no Ministério Público. Na dimensão nacional, a Defensoria Pública representa a instituição guardiã dos direitos da esmagadora maioria dos cidadãos brasileiros, sobretudo daqueles que vivem sem condições, em miséria absoluta. Congrega a classe dos defensores, um grupo verdadeiramente vocacionado pela sua tarefa, muitas vezes chamados para verdadeiros sacrifícios pessoais para que os assistidos tenham a possibilidade de demandar, de defender os seus direitos formalmente em juízo.

Nossos defensores públicos ocupam hoje parte importante dos processos que tramitam na Justiça, se não de sua maioria, pois repete-se na Justiça a desigualdade da distribuição econômica e social da população, em que predominam os necessitados. Reconhecemos em todos os defensores uma prestação de serviço que, transcendendo da formação e da promoção da Justiça, representa, sem dúvida alguma, a verdadeira promoção social do povo mineiro. Esse agente da Justiça torna-se o legítimo intermediário dos nossos carentes, participando de suas angústias e vivenciando os seus problemas pessoais. Sua ação ultrapassa a delimitação funcional e reflete-se no ambiente assistido com o contexto do ambiente social. A inexistência da Defensoria Pública significaria a inexistência da Justiça ou, em outras palavras, o cerceamento do direito sagrado à lei e à cidadania.

No contexto deste país, a Defensoria Pública constitui um dos mais importantes instrumentos da cidadania, não apenas um movimento de elevadas vocações humanistas, como hoje se pratica em um dos mais belos momentos da democracia, que é o direito à própria lei. O Estado Democrático de Direito é uma construção em andamento e depende de ação coordenada pelas instituições públicas para fortalecê-lo, e, de fato, colocar o poder público a serviço do cidadão, especialmente dos que precisam de sua ação para terem garantidos os seus direitos. É nossa responsabilidade estarmos atentos para que o acesso aos serviços à disposição da população seja garantido para toda a sociedade. Em um País reconhecido por sua extrema desigualdade, devemos seguir o imperativo ético de que a Justiça só faz sentido se ela existir para o benefício de todas as pessoas.

Assim sendo, que a Adep prossiga em seu brilhante trabalho, realizando, com o mesmo vigor e com seus excelentes serviços, a assistência a todos os membros da Defensoria Pública”.

Essas são as palavras de nosso presidente Agostinho Patrus, que homenageia a todas V. Exas. Muito obrigado.

Assim sendo, cumprida a finalidade desta reunião...

Estou recebendo aqui, no meu celular, inúmeras mensagens - inúmeras, inúmeras, dezenas. Quero agradecer por todas - não pude lê-las, mas as estou vendo, parabenizando - e dizer o quão é importante a nossa Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais.

Quero agradecer a presença honrosa aos senhores, que se dispuseram a estar aqui conosco, que vieram de longe e de perto; a todas as autoridades aqui constituídas na Mesa. Quero dizer que, para nós, esta é uma noite memorável - como diz o discurso de

nosso presidente -, com essa sintonia, essa interface da Defensoria Pública, dos defensores, dos parlamentares, dos Poderes devidamente constituídos neste momento tão importante em que tanto precisamos, em que almejamos o verdadeiro papel da Defensoria Pública.

Então, eu fico muito honrado, nesta noite, em falar do meu coração, em agradecer a todos vocês. Peço a Deus que abençoe o trabalho de todos, um trabalho árduo, difícil, que muitas vezes não se compreende, com acúmulo de serviço, incansável, mas eu tenho certeza de que todos têm, acima de tudo, o nosso respeito e a nossa eterna gratidão.

Encerramento

O presidente – A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 20, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 15ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 7/6/2021

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, a Mesa, nos termos do art. 12, inciso II, alínea “a”, da Deliberação nº 2.598, de 13 de outubro de 2014 e art. 61, inciso XIII, da Resolução nº 3.800, de 30 de novembro de 1985, homologa o Processo nº 1011014 166/2020, Pregão Eletrônico nº 66/2020, destinado à contratação de empresa especializada em sistemas de segurança e monitoramento eletrônico para locação de circuito fechado de televisão – equipamentos e software – com tecnologia IP (Internet Protocol), autorizando a celebração do contrato entre esta Assembleia Legislativa e a Telsinc Comércio e Equipamentos de Informática Ltda., vencedora do lote único do certame. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 8 de junho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 8 de junho de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 14/6/2021

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa toma as seguintes decisões: 1ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil da Assembleia Legislativa referente ao mês de abril de 2021, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 2ª) aprova a prestação de contas da execução orçamentária, financeira e contábil do Fundo de Apoio Habitacional da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais – Fundhab – referente ao mês de abril de 2021, composta de balanços, relatórios e demonstrativos; 3ª) aprova as prestações de contas dos deputados referentes à aplicação, até 30/4/2021, dos recursos inerentes à verba indenizatória de que trata a Deliberação da Mesa nº 2.446/2009. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a

Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, são assinados os seguintes atos relativos ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos da Lei nº 15.014, de 15/1/2004, das Resoluções nºs 5.134, de 10/9/1993, 5.198, de 21/5/2001, 5.295, de 15/12/2006, e 5.328, de 21/12/2009, c/c as Deliberações da Mesa nºs 2.043, de 29/5/2001, 2.468, de 23/11/2009, e 2.610, de 2/3/2015, dispensando Gleidson Batista dos Santos da função gratificada de gerente-geral – FGG –, com exercício na Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação; designando Rivadávia Souza e Pinho para a função gratificada de gerente-geral – FGG –, com exercício na Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação; dispensando Arlan Araujo França da função gratificada de nível superior – FGS –, com exercício na Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação – Gerência de Jornalismo; designando Thiago Verdolin e Souza para a função gratificada de nível superior – FGS –, com exercício na Gerência-Geral de Imprensa e Divulgação – Gerência de Jornalismo. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 18 de junho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 18 de junho de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 17ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 21/6/2021

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo: ao deputado Tadeu Martins Leite, processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Atual Service Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços gerais, de suporte à gestão patrimonial e de materiais, com fornecimento de uniformes, equipamentos de segurança e material necessário – parecer favorável à revisão dos valores em decorrência de nova convenção coletiva de trabalho e à prorrogação excepcional pelo período de seis meses ou até o início da vigência de novo contrato com mesmo objeto, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Administração de Material e Patrimônio, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; ao deputado Doutor Jean Freire, Requerimento nº 6.712/2020, de autoria do deputado Cristiano Silveira, em que requer seja encaminhado ao secretário-geral do Estado pedido de informações sobre os custos para os cofres públicos da viagem do governador ao Município de Joinville, em Santa Catarina, no dia 20 de novembro de 2020, para cumprir agenda partidária em ato de campanha do candidato a prefeito naquele município – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.796/2021, de autoria do deputado Alencar da Silveira Jr., em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de informações sobre o valor total gasto pelas secretarias e autarquias do Estado com publicidade durante a pandemia de covid-19, incluindo-se os gastos com emissoras de televisão, jornais e materiais impressos – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 8.190/2021, de autoria da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre quantas empresas de locação de veículo existem em Minas atualmente que fazem jus aos benefícios do inciso III do art. 10 da Lei nº 14.937, de 2003, e suas respectivas alíneas, bem como sobre o valor total que essas empresas recolheram a título de IPVA (somadas) aos cofres de Minas no ano de 2020 e o valor total (somadas as empresas) que o Estado abriu mão de receber no ano de 2020, por adotar os benefícios do dispositivo da referida lei – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 28 de junho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 28 de junho de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 28/6/2021

Às 17 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Inicialmente, a Mesa decide autorizar o recebimento, o processamento e o pagamento de diárias de viagens extemporâneas do deputado Professor Wendel Mesquita, considerando os esclarecimentos apresentados pelo parlamentar. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo: ao deputado Tadeu Martins Leite, processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa MOA Manutenção e Operação Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, de forma ininterrupta e continuada, com dedicação intensiva de mão de obra, englobando serviços de suporte técnico e operação das instalações e sistemas prediais civil, elétrico, eletromecânico, hidrossanitário, refrigeração, climatização, detecção e combate a incêndio nas edificações da Assembleia Legislativa e seus anexos – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do deputado Cássio Soares referente a assistência à saúde – parecer favorável, aprovado; processo contendo termo de contrato a ser celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Global Distribuição de Bens de Consumo Ltda., tendo como objeto a aquisição de *switches* – parecer favorável à contratação, oriunda do Pregão Eletrônico nº 13/2021, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Tecnologia da Informação, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do deputado Ulysses Gomes referente a assistência à saúde – parecer favorável, aprovado; ao Deputado Doutor Jean Freire, Requerimento nº 3.974/2019, de autoria da Comissão de Participação Popular, em que requer seja encaminhado ao presidente da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa-MG – e da Copasa Serviços de Saneamento Integrado do Norte e Nordeste de Minas Gerais – Copanor – pedido de informações sobre o status das seguintes obras e sobre a previsão de sua execução no planejamento estratégico das empresas: 1) captação de água na Barragem de Setúbal para atender os Municípios de Francisco Badaró e Jenipapo de Minas; 2) implantação ou conclusão dos sistemas de tratamento de esgoto dos Municípios de Berilo, Chapada do Norte, Araçuaí, Francisco Badaró e Jenipapo de Minas; 3) implantação de sistema de abastecimento de água do Distrito de Lelivéldia, com captação a partir do Rio Jequitinhonha; 4) ampliação do sistema de captação de água da sede de Francisco Badaró, a partir do Rio Setúbal, com implantação de redes de distribuição que atendam as comunidades de São João, Ribeirão, Empoeira e Barreiros; 5) complementação das obras iniciadas de implantação da rede de água e esgotos na localidade Cedro, pertencente a Teófilo Otoni – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.163/2020, de autoria da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, em que requer seja encaminhado à Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes – e ao governador do Estado pedido de informações sobre os procedimentos que estão sendo adotados para o cumprimento do acordo de greve de 2016, firmado entre o governo do Estado, a Unimontes e a Adunimontes, e sobre o cronograma a ser cumprido para esse fim – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº1, aprovado; Requerimento nº 6.183/2020, de autoria da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Fazenda pedido de informações sobre os projetos e atividades desenvolvidos pelo Sr. Reges Moisés dos Santos em sua função de assessor especial da Secretaria de Estado de Fazenda – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 6.601/2020, de autoria da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, em que requer seja encaminhado ao advogado-geral do Estado pedido de informações sobre as razões pelas quais a Advocacia-Geral do Estado emitiu parecer favorável à

paridade para os procuradores do Estado que se aposentaram antes das Emendas Constitucionais nºs 20 e 41/2020, assegurando a eles a percepção de gratificações que ainda não existiam à época da aposentadoria, mas nega a paridade aos diretores de escolas públicas – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.036/2020, de autoria da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Copasa-MG pedido de informações consubstanciadas em cópia do estudo técnico elaborado pela gerente da Unidade de Serviços de Informações e Estudos Econômicos, Elisângela Martins de Oliveira, sobre a possibilidade de pagamento de dividendos extraordinários e de emissão de debêntures de acordo com a política de dividendos e de endividamento da Companhia e seus impactos na empresa e no dia a dia dos trabalhadores – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.037/2020, de autoria da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre a razão do envio, em prazo exíguo, das informações que serviriam de base para análise dos conselheiros e votação relativa aos dividendos extraordinários de R\$820.000.000,00 e emissão de debêntures de R\$500.000.000,00 – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.038/2020, de autoria da Comissão de Trabalho, da Previdência e da Assistência Social, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Copasa-MG pedido de informações complementares, necessárias e destacadas na reunião conjunta do conselho de administração e conselho fiscal, em 29/10/2020, que possam balizar e dar mais segurança ao estudo apresentado pela Gerência da Unidade de Serviços de Informações e Estudos Econômicos– parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.814/2021, de autoria da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Copasa-MG pedido de informações sobre os critérios utilizados pela Companhia para determinar a divisão e o pagamento, no ano de 2020, aos acionistas, dos lucros e dividendos da empresa, por ocasião da distribuição dos dividendos extraordinários, no valor total de R\$820.000.000,00, em especial no que diz respeito ao cumprimento da Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020, marco legal do Saneamento Básico no Brasil, que alterou o art. 11 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, que impacta diretamente na distribuição dos dividendos, estabelecendo, no § 5º do referido artigo, que “fica vedada a distribuição de lucros e dividendos, do contrato em execução, pelo prestador de serviços que estiver descumprindo as metas e cronogramas estabelecidos no contrato específico da prestação de serviço público de saneamento básico”, bem como sobre os valores reinvestidos para melhoria e modernização da própria empresa e sobre as metas estabelecidas pela Arsae e o cumprimento destas– parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 7.973/2021, de autoria da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, em que requer seja encaminhado ao diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF – pedido de informações sobre o cronograma de implantação do Parque Estadual Serra Negra da Mantiqueira, localizado nos Municípios de Lima Duarte, Olaria, Rio Preto e Santa Bárbara de Monte Verde, na Zona da Mata mineira, especificando-se quantos imóveis foram desapropriados e indenizados, os valores já pagos e as dimensões territoriais, em hectares, dos referidos terrenos; quantos ainda serão desapropriados e qual a previsão para as ações de desapropriação e respectivos valores de indenização; se foi realizada a composição do conselho consultivo paritário para a implantação do referido parque, quais são seus integrantes e qual a representação de cada um de seus membros, e, se não foi realizada, qual a previsão de sua realização e quais ações estão sendo implementadas para viabilizar sua composição, qual o cronograma de composição do corpo de funcionários públicos para atuação no parque, a data prevista para abertura à visitação pública e as ações que serão realizadas para fomento do turismo na região; e seja informado o plano de manejo da área de implantação do parque, suas áreas de visitação e ações de pesquisa, extensão e estudos – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.038/2021, de autoria da Comissão de Segurança Pública, em que requer seja encaminhado aos integrantes do Comitê de Orçamentos e Finanças – Cofin – pedido de informações para apresentação de cronograma de pagamento dos R\$582.735.391,30 referentes às férias-prêmio dos servidores públicos, que se encontram em atraso, considerando-se que, até maio de 2021, o orçamento teve um acréscimo de 6,4 bilhões de reais se comparado ao mesmo período de 2020 – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 8.144/2021, de autoria da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado ao delegado diretor do Departamento de Trânsito de Minas Gerais – Detran-MG – pedido de informações sobre o cumprimento, por aquele Departamento, da Lei nº 18.037, de 2009, que dispõe sobre o cadastro de entidades representativas de

despachantes, assim como sobre a liberação de acesso dos despachantes ao sistema SRPR/SRAV – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 8.159/2021, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os recursos transferidos pelo governo do Estado, através do Sistema Único de Saúde – SUS –, às unidades de assistência de alta complexidade em oncologia – Unacons – e aos centros de assistência de alta complexidade em oncologia – Cacons – nos anos de 2019 e 2020 referentes a pactuações, transferências voluntárias, recursos oriundos do governo federal e originados de emendas parlamentares, federais e estaduais – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.163/2021, de autoria da Comissão de Saúde, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações acerca do pagamento dos recursos que deveriam ser repassados aos municípios mineiros e que foram indevidamente retidos pelo Estado – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 8.227/2021, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o número de homicídios com vítimas mulheres, de tentativas de homicídio com vítimas mulheres, de feminicídios e de tentativas de feminicídio no Estado, por ano, no período de 2018 a 2021, esclarecendo-se a sistemática aplicada para o registro dos feminicídios, sobre eventuais dificuldades no assentamento dessas informações no Estado, bem como sobre a diferença entre os dados coletados pela Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e os coletados pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, cujos índices apresentados nos últimos anos foram superiores – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.228/2021, de autoria da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública pedido de informações sobre o projeto Transformação, voltado para a capacitação de mulheres em situação de violência, esclarecendo-se quais localidades contam com o serviço, a metodologia desenvolvida e o número de mulheres acompanhadas, bem como sobre a parceria estabelecida com o Instituto Avon para o abrigo emergencial de mulheres em situação de violência doméstica, especificando-se a forma ou os critérios de atendimento e a relação dos 18 municípios que contarão com as ações do projeto – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.251/2021, de autoria da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações consubstanciadas em relatório contendo dados sobre os casos de violência sexual contra crianças e adolescentes, registrados no Estado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – Creas –, pelo Centro de Referência de Assistência Social – Cras – e por delegacias de polícia, discriminados por gênero, idade, municípios e tipos de violência, no período janeiro de 2020 a maio de 2021 – parecer pela aprovação na forma do Substitutivo nº 1, aprovado; Requerimento nº 8.261/2021, de autoria da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Educação pedido de informações consubstanciadas na relação detalhada, por escola e município, do número de profissionais da educação, por cargo, que, desde o início da pandemia de covid-19 (março de 2020) até o presente momento, foram contaminados com o novo coronavírus; faleceram em virtude dessa contaminação; necessitaram de internação em leitos comuns; necessitaram de internação em leitos de UTIs; foram afastados por contato direto com outros profissionais contaminados; e, ainda, seja informado o número de comunicações de acidente de trabalho expedidas por essa secretaria de profissionais da educação contaminados com o novo coronavírus – parecer pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.312/2021, de autoria da Comissão de Cultura, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Cultura e Turismo e à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações acerca da situação dos convênios e a suspensão de repasses de recursos para a Casa de Juscelino, conforme prevê a Lei nº 9.722, de 1988, que autorizou o Poder Executivo a conceder ajuda financeira à casa, situada em Diamantina, e a previsão de retomada dos repasses – parecer sobre substitutivo apresentado em Plenário – pela aprovação, aprovado; Requerimento nº 8.333/2021, de autoria do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao advogado-geral do Estado pedido de informações sobre as providências tomadas no sentido de garantir a publicação da prorrogação da execução dos projetos da Lei Aldir Blanc – parecer pela aprovação, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário*

Administrativo, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Para finalizar, é assinado o seguinte ato relativo ao quadro de pessoal da Secretaria desta Assembleia: nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, verificado o cumprimento das condições previstas nos incisos I, II, III e IV do art. 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, c/c os arts. 132 e 144 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição do Estado de Minas Gerais, observados os termos das Leis nºs 15.014, de 15/1/2004, e 23.603, de 13/3/2020, da Lei Complementar nº 64, de 25/3/2002, e das Resoluções nºs 5.086, de 31/8/1990, e 5.347, de 19/12/2011, aposentando, a pedido, por tempo de contribuição, com proventos integrais, a partir de 17/6/2021, a servidora Maria Salomé Faria de Oliveira Guimarães, ocupante do cargo efetivo de agente de apoio legislativo. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 5 de julho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 5 de julho de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 19ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 8/6/2021

Às 9 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Milhas Turismo Ltda., tendo como objeto a prestação de serviço de transporte de passageiros em ônibus, com motorista – parecer favorável à prorrogação, autorizando a despesa, considerando manifestações da Gerência-Geral de Suporte Logístico, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; requerimento de natureza administrativa do deputado Ulysses Gomes referente a assistência à saúde – parecer favorável, aprovado; Ofício nº 538/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Alto Jequitibá, em que encaminha o Decreto nº 2.042/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 667/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de São João do Pacuí, em que encaminha o Decreto nº 3/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 715/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Arcos, em que encaminha os Decretos nºs 5.681/2020 e 5.817/2020, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 716/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Aricanduva, em que encaminha o Decreto nº 30/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 717/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Cachoeira Dourada, em que encaminha o Decreto nº 26/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 718/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Caldas, em que encaminha os Decretos nº 1.615/2020 e 1.632/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 719/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Carmo do Cajuru, em que encaminha o Decreto nº 1.457/2020, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 720/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Datas, em que encaminha o Decreto nº 13/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela

aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 721/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Josenópolis, em que encaminha o Decreto nº 126/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 722/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Juramento, em que encaminha o Decreto nº 433/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 723/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Mata Verde, em que encaminha o Decreto nº 21/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 724/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Novorizonte, em que encaminha o Decreto nº 3/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 725/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Piedade de Caratinga, em que encaminha o Decreto nº 59/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 726/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Pirapetinga, em que encaminha o Decreto nº 1/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 727/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Várzea da Palma, em que encaminha o Decreto nº 112/2020, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 728/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Caratinga, em que encaminha o Decreto nº 88/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 729/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Careçu, em que encaminha o Decreto nº 3/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 730/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Entre Folhas, em que encaminha o Decreto nº 16/2020, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 731/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Fronteira dos Vales, em que encaminha o Decreto nº 30/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 732/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Itinga, em que encaminha o Decreto nº 241/2020, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 723/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Luisburgo, em que encaminha o Decreto nº 24/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 734/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Mário Campos, em que encaminha o Decreto nº 1.154/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 735/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Monte, em que encaminha o Decreto nº 29/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 737/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Camanducaia, em que encaminha o Decreto nº 1/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 738/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete, em que encaminha o Decreto nº 731/2020, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 739/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de

Tocantins, em que encaminha o Decreto nº 25/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 740/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Itatiaiuçu, em que encaminha o Decreto nº 4.128/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 741/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Jequitibá, em que encaminha o Decreto nº 28/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 742/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Resende Costa, em que encaminha o Decreto nº 1/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 743/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Ressaquinha, em que encaminha o Decreto nº 1.000/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 744/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Turvolândia, em que encaminha o Decreto nº 52/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 745/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Araxá, em que encaminha o Decreto nº 36/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 746/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Ouro Branco, em que encaminha o Decreto nº 10.090/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 747/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Taiobeiras, em que encaminha o Decreto nº 2.520/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 749/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Águas Vermelhas, em que encaminha o Decreto nº 1.579/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 750/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Albertina, em que encaminha o Decreto nº 1.288/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 751/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Araponga, em que encaminha o Decreto nº 3.172/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 752/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Augusto de Lima, em que encaminha o Decreto nº 1/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 753/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Cambuquira, em que encaminha o Decreto nº 2.488/2020, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 754/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Cana Verde, em que encaminha o Decreto nº 1.258/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 755/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Caparaó, em que encaminha o Decreto nº 1.302/2020, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 756/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Coqueiral, em que encaminha o Decreto nº 2.543/2020, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 757/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Cural de Dentro, em que encaminha o Decreto nº 1/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 –

parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 758/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Itambacuri, em que encaminha o Decreto nº 21/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 759/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Morro do Pilar, em que encaminha o Decreto nº 33/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 760/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Nova União, em que encaminha o Decreto nº 1.176/2020, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 761/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Santa Maria do Salto, em que encaminha o Decreto nº 28/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 762/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de São João da Lagoa, em que encaminha o Decreto nº 5/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 763/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Cristália, em que encaminha o Decreto nº 1/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 764/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Divisópolis, em que encaminha o Decreto nº 41/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 765/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Iturama, em que encaminha o Decreto nº 7.952/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 766/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Piranguçu, em que encaminha o Decreto nº 543/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 767/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Sacramento, em que encaminha o Decreto nº 165/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 768/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de São Gotardo, em que encaminha o Decreto nº 125/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 769/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Virgínia, em que encaminha o Decreto nº 470/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 770/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Desterro do Meio, em que encaminha o Decreto nº 18/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 771/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Santa Rita de Ibitipoca, em que encaminha o Decreto nº 170-A/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 772/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Esmeraldas, em que encaminha o Decreto nº 49/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 773/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Goianá, em que encaminha o Decreto nº 52/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 774/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Limeira do Oeste, em que encaminha o Decreto nº 5.970/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº

775/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Nova Ponte, em que encaminha o Decreto nº 74/2020, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 776/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Quartel Geral, em que encaminha o Decreto nº 13/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 777/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Carneirinho, em que encaminha o Decreto nº 2.760/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 778/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Rio Novo, em que encaminha o Decreto nº 9/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 779/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Rubim, em que encaminha o Decreto nº 11/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 780/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de São José do Jacuri, em que encaminha o Decreto nº 61/2020, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 781/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Monsenhor Paulo, em que encaminha o Decreto nº 65/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 782/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Conceição da Aparecida, em que encaminha o Decreto nº 2.458/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 783/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Carmo de Minas, em que encaminha o Decreto nº 4/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 784/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Ibiracatu, em que encaminha o Decreto nº 1/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 785/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Iguatama, em que encaminha o Decreto nº 124/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 786/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Ijaci, em que encaminha o Decreto nº 1.739/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 787/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Machado, em que encaminha o Decreto nº 6.852/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 788/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Passa Vinte, em que encaminha o Decreto nº 1.122/2020, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 789/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Caetanópolis, em que encaminha o Decreto nº 3/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 790/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Felisburgo, em que encaminha o Decreto nº 35/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 791/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Moeda, em que encaminha o Decreto nº 28/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 792/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Papagaios, em que encaminha o Decreto nº 1.679/2020, para reconhecimento da prorrogação do estado de

calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 793/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Pirajuba, em que encaminha o Decreto nº 972/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 794/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Serra dos Aimorés, em que encaminha o Decreto nº 40/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 797/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Caxambu, em que encaminha o Decreto nº 2.916/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 798/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Conceição das Alagoas, em que encaminha o Decreto nº 223/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 799/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Divino, em que encaminha os Decretos nº 26/2021 e 231/2021 para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 800/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Jaíba, em que encaminha o Decreto nº 1.129/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 801/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Piau, em que encaminha o Decreto nº 260/2020, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado; Ofício nº 802/2021, de autoria da Prefeitura Municipal de Pompéu, em que encaminha o Decreto nº 2.216/2021, para reconhecimento da prorrogação do estado de calamidade pública, decorrente da pandemia de covid-19 – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado. A seguir, a Mesa, nos termos do art. 12, inciso II, alínea “a”, da Deliberação nº 2.598, de 13 de outubro de 2014 e art. 61, inciso XIII, da Resolução nº 3.800, de 30 de novembro de 1985, homologa o Processo nº 1011014 39/2021, Pregão Eletrônico nº 18/2021, destinado à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de fábrica de software, autorizando a celebração do contrato entre esta Assembleia Legislativa e a Squadra Tecnologia S.A., vencedora do lote único do certame. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 14 de junho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 14 de junho de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA MESA DA ASSEMBLEIA, EM 18/6/2021

Às 10 horas, reúnem-se na Sala de Reuniões os deputados membros da Mesa da Assembleia. Verificada a existência de número regimental, são abertos os trabalhos do dia, sendo lida e aprovada a ata da reunião anterior. Continuando os trabalhos, passa-se à parte da reunião destinada à distribuição dos processos aos relatores, para serem discutidos e seus pareceres votados, cabendo ao deputado Tadeu Martins Leite processo contendo termo de aditamento ao contrato celebrado entre esta Assembleia Legislativa e a empresa Casablanca Comunicação e Marketing Ltda., tendo como objeto a prestação de serviços de publicidade – parecer favorável à prorrogação, em caráter excepcional, pelo período de 12 meses, ou até a data de início de vigência do contrato oriundo da Concorrência nº 1/2020 – o que ocorrer primeiro –, autorizando a despesa, considerando manifestações da Diretoria de Comunicação

Institucional, da Procuradoria-Geral e da Diretoria-Geral da Casa, aprovado; Mensagem nº 134/2021, de autoria do Governador do Estado de Minas Gerais, em que encaminha o Decreto nº 48.205, de 15 de junho de 2021, que prorroga a vigência do estado de calamidade pública de que trata o art. 1º do Decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020, no âmbito de todo o território do Estado – parecer pela aprovação na forma do projeto de resolução apresentado, aprovado. Na continuidade da reunião, são aprovados atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do quadro de pessoal desta Secretaria, a serem publicados no *Diário do Legislativo* e no *Diário Administrativo*, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, e da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015. Nada mais havendo a ser tratado, é convocada nova reunião para o dia 21 de junho, lavrando-se, para constar, esta ata.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 21 de junho de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Doutor Jean Freire, 2º-vice-presidente – Alencar da Silveira Jr., 3º-vice-presidente – Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Carlos Henrique, 2º-secretário – Arlen Santiago, 3º-secretário.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS E DOS RECURSOS HÍDRICOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 11/8/2021

Às 10 horas, comparecem à reunião os deputados Gil Pereira e, remotamente, Tito Torres e Betinho Pinto Coelho, membros da supracitada comissão. Está presente, também, de forma remota, o deputado Mauro Tramonte. Havendo número regimental, o presidente, deputado Gil Pereira, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, a receber, discutir e votar proposições da comissão e, a seguir, comunica o recebimento de ofício publicado no *Diário do Legislativo* em 9/7/2021, do Sr. Fernando Machado Diniz, chefe de gabinete do Ministério do Desenvolvimento Nacional. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 9.811/2021, dos deputados Celinho Sintrocel e Gil Pereira, em que requerem seja realizada audiência pública para discutir sobre a crise hídrica nacional anunciada pelos órgãos e instituições competentes e suas repercussões em Minas Gerais, particularmente, no Vale do Aço, no Vale do Rio Doce e no Norte de Minas, bem como debater medidas para sua prevenção e enfrentamento;

nº 9.814/2021, dos deputados Gil Pereira, Tito Torres e Betinho Pinto Coelho, em que requerem seja encaminhado à Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig – pedido de providências para que as escolas do Norte de Minas sejam priorizadas no Programa de Eficiência Energética nas Escolas;

nº 9.815/2021, dos deputados Gil Pereira, Tito Torres e Betinho Pinto Coelho, em que requerem seja realizada uma visita da comissão ao Fórum Internacional de Hidrogênio, a ser realizado na Federação das Indústrias do Estado do Ceará, no período de 24 e 25 de novembro de 2021, em Fortaleza/CE.

nº 9.816/2021, dos deputados Gil Pereira, Tito Torres e Betinho Pinto Coelho, em que requerem seja realizado debate público sobre perspectivas para o hidrogênio verde no Brasil e oportunidades e desafios para o crescimento dessa fonte de energia no Estado.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 15 de setembro de 2021.

Gil Pereira, presidente – Tito Torres – Virgílio Guimarães – Cássio Soares.

ATA DA 3ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 23/8/2021

Às 11h15min, comparece presencialmente à reunião o deputado Professor Wendel Mesquita e, remotamente, os deputados Doutor Paulo e Professor Cleiton, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Professor Wendel, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta, receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento da seguinte correspondência publicada no *Diário do Legislativo* nas datas mencionadas entre parênteses: ofícios da Sra. Roberta Rocha Fonseca, juíza auxiliar do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (16/1/2019); e dos Srs. Luiz Carlos Gontijo (2), presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado de Minas Gerais (20/7/2018 e 23/1/2019); Guilherme de Souza Barcelos, diretoria de acompanhamento legislativo da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (14/2/2019); Márcio Antônio Massaud Mesquita, vice-presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros de Belo Horizonte (21/12/2019); e Fábio Baccheretti Vitor, secretário de Estado de Saúde (24/6/2021).

O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.218/2020, no 1º turno (deputado Doutor Paulo), 1.223/2015, no 1º turno, e 1.579/2020, em turno único (deputado Leonídio Bouças), 2.196/2020, no 1º turno (deputado Professor Wendel Mesquita), e 1.140/2015, no 1º turno (deputado Zé Guilherme). O presidente designa ainda o deputado Zé Guilherme como relator da visita à Escola Estadual Doutor Amaro Neves Barreto, em Belo Horizonte. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 8.834/2021, dos deputados Professor Wendel Mesquita, Zé Guilherme e Doutor Paulo, em que requerem seja encaminhado ao presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros do Estado de Minas Gerais pedido de informações a respeito da interrupção de emissão de carteira sindpasse, que garante o transporte gratuito para as pessoas com deficiência, e sobre o possível retorno da emissão;

nº 9.077/2021, dos deputados Professor Wendel Mesquita, Zé Guilherme e Doutor Paulo, em que requerem seja realizada visita à Secretaria de Estado de Saúde para tratar, com o secretário e sua equipe, das questões levantadas na audiência pública realizada por esta comissão, em 7/5/2021, que debateu a inclusão, na lista de prioridades na vacinação contra a covid-19, das pessoas com deficiência, com doenças raras e com síndrome de Down e dos indivíduos dentro do espectro autista, tendo em vista as limitações que têm para seguir os protocolos de prevenção;

nº 9.115/2021, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja encaminhado à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social – Sedese – pedido de providências para a regulamentação, no âmbito do Estado, da Lei Federal nº 13.977, de 2020, que institui a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – Ciptea –, e recomenda que a emissão do documento seja feita de forma virtual, nos moldes dos documentos emitidos pelo Detran;

nº 9.459/2021, do deputado Zé Guilherme, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater a Avaliação Biopsicossocial e o Cadastro Inclusão das pessoas com deficiência;

nº 9.635/2021, do deputado Professor Wendel Mesquita, em que requer seja realizada audiência de convidados para debater sobre a comemoração do Setembro Verde, mês da promoção da autonomia e da inclusão social das pessoas com deficiência;

nº 9.777/2021, do deputado Mauro Tramonte, em que requer seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para que, de forma emergencial, seja promovida a adesão à ratificação do convênio que permitirá a alteração do teto de isenção do ICMS para carros novos, comprados por pessoas com deficiência, nos termos da Lei Federal nº 14.183, de 2021, que alterou o teto de 70 mil reais para 140 mil reais;

nº 9.942/2021, do deputado Arnaldo Silva, em que requer seja formulada manifestação de repúdio ao Ministro da Educação, Milton Ribeiro, pela declaração desrespeitosa contra as pessoas com deficiência, em 16/8/2021, durante entrevista ao programa “Sem Censura”, da TV Brasil, oportunidade em que afirmou que a inclusão de alunos com necessidades especiais “atrapalham” o aprendizado de outras crianças sem a mesma condição, o que se apresenta como mais uma prova da falta de compromisso com a educação inclusiva e transformadora.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2021.

Professor Wendel Mesquita, presidente – Ana Paula Siqueira.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 31/8/2021

Às 9h32min, comparecem à reunião os deputados Sávio Souza Cruz, Charles Santos, Cristiano Silveira, Glaycon Franco e Raul Belém (substituindo o deputado Zé Reis, por indicação da liderança do BDLHC), membros da supracitada comissão. Estão presentes, também, os deputados Carlos Pimenta, Mário Henrique Caixa, Mauro Tramonte e Delegado Heli Grilo. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sávio Souza Cruz, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a receber, discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofício do Sr. Luiz Carlos Nogueira, presidente do Sindicato dos Administrativos da Polícia Civil – Siapol, encaminhando manifestação acerca do Projeto de Lei nº 2.924/2021. A presidência determina a anexação dos documentos ao projeto. Registram-se as presenças dos deputados Guilherme da Cunha e Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Bruno Engler, por indicação da liderança do BMM), membros da comissão. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Projetos de Lei nºs 2.999 e 3.002, no 1º turno, e 3.003/2021, em turno único (deputado Bruno Engler); Projetos de Lei nºs 3.027, no 1º turno, e 3.028/2021, em turno único (deputado Charles Santos); Projetos de Lei nºs 2.822, 2.974, 3.025 e 3.029/2021, no 1º turno (deputado Cristiano Silveira); Projetos de Lei nºs 2.988, 3.005, 3.010, 3.019, 3.056, no 1º turno, e 3.011/2021, em turno único (deputado Glaycon Franco); Projeto de Lei nº 2.924/2021, Projetos de Lei Complementar nºs 64 e 65/2021 e Proposta de Emenda à Constituição nº 71/2021, no 1º turno (deputado Guilherme da Cunha); Projetos de Lei nºs 2.765 e 3.008/2021, no 1º turno (deputado Sávio Souza Cruz); Projetos de Lei nºs 3.007 e 3.018, no 1º turno, 3.013, 3.014, 3.016, 3.021, 3.022, 3.030 e 3.031/2021, em turno único (deputado Zé Reis). Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Os Projetos de Lei nºs 4.065/2017, 4.936/2018, 2.032/2020, 2.767 e 2.984/2021 são retirados da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Charles Santos, aprovado pela comissão. É aprovado requerimento do deputado Charles Santos para que os Projetos de Lei nºs 690/2015, 5.060/2018, 2.445, 2.546 e 2.693/2021 sejam apreciados nos primeiros lugares da pauta. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Raul Belém (redistribuição), que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1 do Projeto de Lei nº 690/2015, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Guilherme da Cunha. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1 do Projeto de Lei nº 5.060/2018 (redistribuição; relator: deputado Raul Belém). O parecer sobre o Projeto de Lei nº 2.445/2021, no 1º

turno, deixa de ser apreciado em virtude de solicitação de prazo regimental pelo relator, deputado Raul Belém (redistribuição). São convertidos em diligência, a requerimento relator, deputado Raul Belém (redistribuição), no 1º turno, os Projetos de Lei nºs 2.546/2021, ao secretário de Estado de Fazenda, e 2.693/2021, ao secretário de Estado de Saúde. Retira-se o deputado Raul Belém. Na fase de discussão do parecer do relator, deputado Guilherme da Cunha, que conclui pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1 da Proposta de Emenda à Constituição nº 71/2021, no 1º turno, o presidente defere o pedido de vista do deputado Cristiano Silveira. Na fase de discussão dos pareceres dos relatores, que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1 dos Projetos de Lei Complementares nºs 53 (relator: deputado Cristiano Silveira) e 70/2021 (relator: deputado Sávio Souza Cruz), no 1º turno, o presidente defere os pedidos de vista do deputado Guilherme da Cunha. São distribuídos em avulso os pareceres do relator, deputado Guilherme da Cunha, sobre os Projetos de Lei Complementares nºs 64 e 65/2021 e do Projeto de Lei nº 2.924/2021, no 1º turno, que concluem pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, os seguintes pareceres: pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1 do Projeto de Lei Complementar nº 67/2021 e dos Projetos de Lei nºs 2.684/2021 (relator: deputado Cristiano Silveira); 535/2019, 2.706 e 2.744/2021 (relator: deputado Charles Santos); 2.531/2021 (relator: deputado Sávio Souza); e pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade do Projeto de Lei nº 3.056/2021 (registra-se voto contrário do deputado Guilherme da Cunha) (relator: deputado Glaycon Franco). São convertidos em diligência, a requerimento do relator, deputado Charles Santos, no 1º turno, os Projetos de Lei nºs 1.548/2020, ao secretário de Estado de Governo e ao autor, e 2.918/2021, ao secretário de Estado de Fazenda. Retira-se o deputado Sargento Rodrigues. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. O Projeto de Lei nº 2.981/2021 é retirado da pauta, atendendo-se a requerimento do deputado Charles Santos, aprovado pela comissão. Após discussão e votação, são aprovados, cada um por sua vez, em turno único, os seguintes pareceres: pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade dos Projetos de Lei nºs 1.511/2015 (relator: deputado Cristiano Silveira); 1.553/2020 e 2.969/2021 (relator: deputado Sávio Souza Cruz); 2.069 e 2.086/2020 (redistribuição; relator: deputado Guilherme da Cunha); pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade com a Emenda nº 1 do Projeto de Lei nº 2.519/2021 (relator: deputado Cristiano Silveira); e pela juridicidade, constitucionalidade e legalidade na forma do Substitutivo nº 1 do Projeto de Lei nº 2.523/2021 (relator: deputado Guilherme da Cunha). São convertidos em diligência, a requerimento dos respectivos relatores, em turno único, os Projetos de Lei nºs 2.944, 2.954, 2.973 (relator: deputado Sávio Souza Cruz) e 2.982/2021 (relator: deputado Charles Santos), aos autores. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião extraordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 14 de setembro de 2021.

Sávio Souza Cruz, presidente – Charles Santos – Zé Reis – Guilherme da Cunha – Cristiano Silveira.

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 1º/9/2021

Às 14h40min, comparece à reunião o deputado Noraldino Júnior, membro da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Noraldino Júnior, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater os tratamentos e procedimentos de atuação no enfrentamento à leishmaniose canina pelo poder público em parceria com a comunidade. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Paula Ferrari, médica veterinária – Sete Lagoas; Stefânia Gazzinelli, referência técnica do Programa Estadual de Vigilância da Leishmaniose Visceral, representando o superintendente de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado de Saúde; Juliana Prudêncio da Silva, vereadora da Câmara Municipal

de Três Corações; Sara Sany Silva e Pinto, protetora animal; Mariana Gontijo de Brito, coordenadora de Vigilância de Zoonoses e Fatores de Risco Biológicos, representando o superintendente de Vigilância Sanitária da Secretaria de Estado de Saúde e Luciana Imaculada de Paula, promotora de justiça da Coordenadoria Estadual de Defesa da Fauna – Ministério Público de Minas Gerais – Cedef; e os Srs. Rodrigo Gonçalves Franco, subsecretário de Gestão Ambiental e Saneamento da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; Bruno Divino Rocha, presidente do Conselho Regional de Medicina Veterinária de Minas Gerais – CRMV-MG; Vitor Márcio Ribeiro, médico veterinário, doutor em parasitologia veterinária, membro da Associação Brasileir e professor da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas; Prof. André Luis, vereador, membro da Comissão do Bem Estar Animal da Câmara Municipal de Campo Grande (MS) e membro da Associação Brasileir e Fernando Gomes Fernandes, médico veterinário. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2021.

Noraldino Júnior, presidente.

ATA DA 4ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA PRÓ-FERROVIAS MINEIRAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 9/9/2021

Às 10h16min, comparecem à reunião presencialmente os deputados João Leite e Gustavo Mitre e, remotamente, o deputado Sargento Rodrigues (substituindo o deputado Roberto Andrade, por indicação da liderança do BMSM), membros da supracitada comissão. Está presente, também, remotamente, o deputado Mauro Tramonte. Havendo número regimental, o presidente, deputado João Leite, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, debater o projeto ferroviário Belvedere-Olhos d'Água, na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A seguir, comunica o recebimento de *e-mail* do Sr. André Magalhães, subsecretário de cerimonial da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, informando o não comparecimento do prefeito municipal na audiência. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência registra e agradece a presença das Sras. Vânia Silveira de Pádua Cardoso, superintendente de Transporte Ferroviário da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra; e Andréa Aon Martins Cardoso, representando a superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Minas Gerais – Iphan-MG; e dos Srs. Bernard Martins, diretor jurídico do Grupo UAI e vice-presidente da Fundação Doimo; Elias Tergilene, fundador da Rede Popular *Uai Shopping*; Afonso Wallace Guimarães de Oliveira, arquiteto da Davila Arquitetura; Sérgio Motta de Mello, diretor da ONG Apito; Antônio Augusto Moreira de Faria, professor da Universidade Federal de Minas Gerais e diretor da Minas Trilhos; Aurélio Ferreira Braga, coordenador da Unidade Regional de Minas Gerais – Cofer-MG, representando o superintendente substituto de Transporte Ferroviário da Agência Nacional de Transportes Terrestres – Sufer-ANTT; Álvaro Gonzaga, representante dos moradores do Vila da Serra; Luiz Gustavo Vieira, geógrafo do Departamento de Projetos da Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente – Amda –, representando Elizabete Lino de Oliveira, assessora da Amda; André Louis Tenuta Azevedo, diretor da ONG Trem; Rômulo Augusto Drummond, técnico do Iphan-MG; e Leonardo Peixoto Carvalho Dias, diretor da Sociedade Mineira de Engenheiros – SME –, representando a presidente da SME. A presidência, na condição de coautor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Passa-se à 2ª Fase da 3ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento e a votação de requerimentos da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 10.106/2021, dos deputados João Leite e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – Semad –, ao Instituto Estadual de Florestas – IEF –, ao Instituto Mineiro de Gestão das Águas – Igam –, à Fundação Estadual de Meio Ambiente – Feam –, à Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade – Seinfra –, ao Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – Iepha –, ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – e à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – Copasa – pedido de providências para que seja agilizada a implementação do Parque Linear Ferroviário de Belo Horizonte, considerando-se o interesse público, ambiental, social, histórico e turístico do projeto, que permitirá recuperar e revitalizar a área localizada no Bairro Belvedere, na divisa entre os Municípios de Belo Horizonte e Nova Lima, com a preservação dos ativos ambientais e históricos locais e a viabilização do transporte ferroviário para o Instituto Inhotim;

nº 10.107/2021, dos deputados João Leite e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado à Secretaria do Patrimônio da União, em Brasília, pedido de providências para que se promova parceria com a Fundação Doimo, com vistas a que essa instituição assuma a zeladoria da área localizada no Bairro Belvedere, na divisa dos Municípios de Belo Horizonte e Nova Lima, para implementação do Parque Linear Ferroviário de Belo Horizonte, considerando-se o interesse público, ambiental, social, histórico, turístico e ferroviário do projeto;

nº 10.108/2021, dos deputados João Leite e Gustavo Mitre, em que requerem seja encaminhado ao Sr. Fernando Martins, da Procuradoria da República em Belo Horizonte, pedido de providências para que sejam estudadas medidas administrativas e judiciais, incluindo pedidos de tutela de urgência, para impelir a Secretaria do Patrimônio da União a promover parceria com a Fundação Doimo com o objetivo de a fundação assumir a zeladoria da área localizada no Bairro Belvedere, na divisa entre os Municípios de Belo Horizonte e Nova Lima, área que está abandonada e deteriorada e onde poderá ser implementado o Parque Linear Ferroviário de Belo Horizonte, considerando-se o interesse público, ambiental, social, histórico, turístico e ferroviário do projeto.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 16 de setembro de 2021.

João Leite, presidente – Bosco.

ATA DA 6ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO EXTRAORDINÁRIA DAS PRIVATIZAÇÕES NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/9/2021

Às 15h2min, comparece à reunião o deputado Coronel Sandro, membro da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Bartô. Havendo número regimental, o presidente, deputado Coronel Sandro, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, considera-a aprovada e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar, receber, discutir e votar proposições da comissão e, em audiência pública, a debater com as Sras. Maria Cecília Borges e Sara Meinberg, procuradoras do Ministério Público de Contas, as atribuições desta Casa relativamente ao processo de desestatização estadual, bem como as recomendações, feitas por esse órgão e pelo Ministério Público Federal, relativas à desestatização da Codemge e da Codemig. Passa-se à 1ª Fase da 3ª Parte, que compreende audiência pública. A presidência convida a tomar assento à mesa as Sras. Maria Cecília Mendes Borges e Sara Meinberg Schmidt Andrade Duarte, procuradoras do Ministério Público de Contas do Estado de Minas Gerais. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, passa a tecer suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra às convidadas, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2021.

Coronel Sandro, presidente – Celise Laviola – Bruno Engler.

 **ORDEM DO DIA****ORDEM DO DIA DA 81ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA,
EM 21/9/2021****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

Votação do Requerimento nº 3.264/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Desenvolvimento Social pedido de informações sobre o número de crianças indígenas que se encontravam abrigadas nas unidades de acolhimento institucional de crianças e adolescentes e com famílias acolhedoras, no Estado, entre os anos de 2013 a 2018, e quantas delas foram encaminhadas para adoção. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 3.737/2019, da Comissão dos Direitos da Mulher, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Governo pedido de informações acerca do cronograma que viabilizará o cumprimento do art. 98 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição da República, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 80, de 2014, que obriga que, até 2022, todas as comarcas deverão contar com um defensor público. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 7.668/2021, do deputado Celinho Sintrocel, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações que esclareçam a esta Casa se as solicitações de fornecimento de energia elétrica feitas à distribuidora, especialmente para imóveis localizados em áreas rurais, demandam obrigatoriamente comprovação da propriedade do imóvel por parte do interessado, ou se a comprovação da sua posse seria suficiente para obtenção desse serviço, nos termos do art. 27, inciso II, alínea "h", da Resolução Normativa nº 414/2010; e se solicitações de fornecimento de energia elétrica já foram negadas pela empresa com base em falta de comprovação da propriedade do imóvel, mesmo quando havia a comprovação da posse. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.661/2021, da Comissão de Administração Pública, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento pedido de informações sobre a situação ou perspectiva da política estadual de abastecimento, inclusive a dos bens públicos estaduais afetados, diante da proposta do governo federal de privatização das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. – CeasaMinas. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.682/2021, da Comissão de Direitos Humanos, em que requer seja encaminhado ao secretário de Estado de Saúde pedido de informações sobre os critérios técnicos financeiros que determinaram o valor da indenização paga pelo governo do Estado aos filhos de pais com hanseníase, que foram separados de forma compulsória de suas famílias, hoje avaliada em R\$ 14 mil, uma vez que o Movimento de Reintegração das Pessoas Atingidas pela Hanseníase – Morhan – reivindica, por meio do Projeto de Lei Federal nº 2.104/2011, que tramita na Câmara dos Deputados, o valor de R\$100 mil para pessoas com hanseníase submetidas ao isolamento e internação compulsórios em hospitais-colônia a partir de 31 de dezembro de 1986. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

Votação do Requerimento nº 8.806/2021, da Comissão do Trabalho, em que requer seja encaminhado à secretária de Estado de Planejamento e Gestão pedido de informações sobre a evolução dos quadros de pessoal da rede Fhemig nos últimos 5 anos, tendo em vista o aumento da demanda por serviços de saúde no Estado, especialmente no período da pandemia, especificando-se o número de funcionários por vínculo com o Estado, por unidade e número de atendimento realizado, sendo possível estabelecer um quadro comparativo ano a ano. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta.

Votação do Requerimento nº 9.004/2021, do deputado Bosco, em que requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre o atual estado do nível de água da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte, haja vista os baixos valores registrados nos últimos meses, que têm gerado diversos impactos socioeconômicos e ambientais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do requerimento.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

Discussão, em turno único, do Veto nº 25/2021 – Veto Parcial à Proposição de Lei nº 24.780, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício de 2022. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

Discussão, em turno único, do Veto nº 26/2021 – Veto Total à Proposição de Lei nº 24.823, que altera a Lei nº 23.081, de 10 de agosto de 2018, que dispõe sobre o Programa de Descentralização da Execução de Serviços para as Entidades do Terceiro Setor e dá outras providências, e a Lei nº 23.750, de 23 de dezembro de 2020, que estabelece normas para contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. (Faixa constitucional.) Esgotado o prazo constitucional sem emissão de parecer.

3ª Fase

Pareceres de redação final.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras

Nos termos regimentais, convoco os deputados Roberto Andrade, Gustavo Mitre, Coronel Henrique e Gustavo Santana, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 21/9/2021, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o projeto do novo trecho ferroviário que ligará Ipatinga a São Mateus (ES) e a extensão até o Parque Industrial Vale do Aço, com a participação do presidente da Petrocity Portos S.A. e do prefeito municipal de Coronel Fabriciano.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2021.

João Leite, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Constituição e Justiça

Nos termos regimentais, convoco os deputados Charles Santos, Bruno Engler, Cristiano Silveira, Glaycon Franco, Guilherme da Cunha e Zé Reis, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 21/9/2021, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno do Projeto de Lei Complementar nº 70/2021, do deputado Cristiano Silveira, e dos Projetos de Lei nºs 690/2015, da deputada Marília Campos, 94/2019, do deputado Coronel Sandro, 2.716/2021, do deputado Elismar Prado, 4.764/2017, 2.767, 2.814 e 2.992/2021, do deputado Hely Tarquínio, 2.508/2015 e 1.345/2019, do deputado Glaycon Franco, 4.982/2018, do deputado Adalclever Lopes, 5.399, 5.400/2018 e 2.865/2021, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 824/2019, do deputado Zé Reis, 1.493/2020, do deputado Doutor Jean Freire, 2.032/2020, do deputado Antonio Carlos Arantes, 2.464/2021, do deputado Rafael Martins, 2.497/2021, do deputado João Leite, 2.517/2021, do deputado Duarte Bechir, 2.546/2021, do deputado Gil Pereira, 2.625/2021, da deputada Ione Pinheiro, 2.652/2021, do deputado Carlos Henrique, 2.693 e 3.008/2021, do deputado Charles Santos, 2.809/2021, do deputado João Magalhães, 2.962 a 2.964/2021, do deputado Roberto Andrade, 2.993/2021, do deputado Coronel Henrique, 2.997/2021, do deputado Celinho Sintrocel, 3.038/2021, da deputada Andréia de Jesus, 3.042/2021, do deputado Raul Belém, 3.058/2021, do deputado Leonídio Bouças, e 3.065/2021, do deputado Tadeu Martins Leite; de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 3.715/2016, 2.791 e 3.077/2021, do deputado João Vítor Xavier, 2.205/2020, 2.844 e 2.991/2021, da deputada Leninha, 2.217/2020 e 2.482/2021, do deputado João Leite, 2.307/2020, do deputado Professor Irineu, 2.423/2021 e 3.050/2021, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2.616/2021, do deputado Delegado Heli Grilo, 2.700 e 3.046/2021, do deputado Doutor Jean Freire, 2.775 e 3.016/2021, do deputado Bosco, 2.816 e 3.060/2021, da deputada Rosângela Reis, 2.860/2021, do deputado Sargento Rodrigues, 2.867/2021, do deputado Tito Torres, 2.913 e 2.961/2021, do deputado Roberto Andrade, 2.921/2021, do deputado Professor Cleiton, 2.973/2021, do deputado João Magalhães, 2.980/2021, do deputado Antonio Carlos Arantes, 3.022/2021, do deputado Braulio Braz, 3.028/2021, do deputado Sávio Souza Cruz, 3.030/2021, do deputado Zé Guilherme, e 3.055/2021, do deputado Osvaldo Lopes; e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2021.

Sávio Souza Cruz, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Cássio Soares, Braulio Braz, Doorgal Andrada, Ulysses Gomes e Zé Reis, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 21/9/2021, às 10 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para Turno Único do Projeto de Resolução nº 146/2021, da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 554/2019, do deputado Cleitinho Azevedo, de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.761/2020, do deputado Bartô, 3.582/2016, do deputado Sargento Rodrigues, 4.792/2017, do deputado Inácio Franco, 230/2019, do deputado Noraldino Júnior, 845/2019, da deputada Delegada Sheila, 1.030/2019, da deputada Leninha, e 1.197/2019, do deputado Cristiano Silveira, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2021.

Hely Tarquínio, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Beatriz Cerqueira e Ione Pinheiro e os deputados Duarte Bechir, Glaycon Franco, Raul Belém e Roberto Andrade, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 21/9/2021, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 787/2019, do deputado Noraldino Júnior, de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei Complementar nºs 20/2019, do deputado Coronel Henrique, e 67/2021, do deputado Sávio Souza Cruz, dos Projeto de Lei nºs 3.276/2016, do deputado Sargento Rodrigues, 5.021/2018, do deputado Isauro Calais, 122/2019, do deputado Noraldino Júnior, do parecer, em 1º turno, sobre emendas ao Projeto de Lei nº 952/2019, do deputado Cleitinho Azevedo, dos Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 1.776/2020, do deputado Antonio Carlos Arantes, 2.129/2020, das deputadas Ana Paula Siqueira, Leninha e Andréia de Jesus, 2.226/2020, do deputado Osvaldo Lopes, 2.803/2021, do deputado João Magalhães, e 2.836/2021, do deputado Hely Tarquínio, de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater os impactos socioambientais e os riscos para o Município de Caldas e região da transferência de cerca de mil toneladas de rejeito radioativo, conhecido como Torta II, da unidade de Interlagos (SP) das Indústrias Nucleares do Brasil para a unidade desativada dessa empresa no referido município.

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2021.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor e do Contribuinte**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Doorgal Andrada, Cleitinho Azevedo, Douglas Melo e Elismar Prado, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 21/9/2021, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater o regime de tributação dos combustíveis em Minas Gerais e os valores que compõem atualmente a base de cálculo do ICMS nessas operações..

Sala das Comissões, 20 de setembro de 2021.

Bartô, presidente.

**TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES****PARECER SOBRE O REQUERIMENTO Nº 9.004/2021****Mesa da Assembleia****Relatório**

Por meio da proposição em epígrafe, o deputado Bosco requer seja encaminhado ao diretor-presidente da Companhia Energética de Minas Gerais pedido de informações sobre o atual estado do nível de água da Usina Hidrelétrica de Nova Ponte, haja vista os baixos valores registrados nos últimos meses, que têm gerado diversos impactos socioeconômicos e ambientais.

Após publicação no *Diário do Legislativo*, em 27/5/2021, a matéria vem a este órgão colegiado para dele receber parecer, nos termos do art. 79, VIII, “c”, do Regimento Interno.

Fundamentação

Com 510 megawatts de potência instalada, a Usina Hidrelétrica – UHE – Nova Ponte está localizada no município homônimo, no Rio Araguari, e seu reservatório possui cerca de 443 km² de área inundada. É operada desde 1994 pela Cemig, em conjunto com o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

Em 1º de junho de 2021, a Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico – ANA –, declarou a situação crítica de escassez dos recursos hídricos na Região Hidrográfica do Paraná, que compreende as Bacias dos Rios Paranaíba e Araguari, dentre outras. Essa condição advém de uma sequência de anos com chuvas abaixo da média na região. Assim, é esperado que o volume de armazenamento das usinas hidrelétricas locais atinja níveis mínimos recordes neste ano, nunca vivenciados no histórico de operação dos reservatórios.

Diante desse contexto, recentemente, a Cemig alertou para possível risco de nível baixo de água no reservatório da UHE Nova Ponte. Segundo o *site* da empresa, em 30 de junho de 2021, o seu volume útil apresentava 14,9% de sua capacidade, o pior já verificado no histórico desse reservatório para o mês de junho.

Nesse contexto, consideramos importante que informações como as solicitadas na proposição em comento sejam prestadas, uma vez que compete à Assembleia Legislativa não só fiscalizar a aplicação das políticas públicas, mas também buscar a transparência e as adequações eventualmente necessárias nas questões que dizem respeito aos interesses da sociedade.

No que se refere à legitimidade da iniciativa, o pedido de informações do Poder Legislativo às autoridades estaduais integra o rol de ações de controle externo sobre as atividades da administração pública e é amparado constitucionalmente pelos arts. 54, § 3º, e inciso II do § 1º do art. 73, da Constituição Estadual.

A proposição também encontra respaldo no inciso III do art. 46 do Regimento Interno desta Casa, que assegura ao parlamentar o direito de encaminhar, por meio da Mesa da Assembleia, pedido escrito de informação a autoridades públicas. E segundo a alínea “c” do inciso VIII de seu art. 79, a Mesa somente admitirá o pedido quando se tratar de assunto relacionado a matéria legislativa em trâmite ou a fato sujeito ao controle e à fiscalização da Assembleia Legislativa, o que se enquadra na situação em análise.

Como o requerimento atende às atribuições e às exigências supramencionadas, entendemos que merece prosperar nesta Casa.

Conclusão

Em face do exposto, somos pela aprovação do Requerimento nº 9.004/2021.

Sala de Reuniões da Mesa da Assembleia, 13 de setembro de 2021.

Agostinho Patrus, presidente – Tadeu Martins Leite, relator.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 20/9/2021, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou o seguinte ato, relativo ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando, a pedido, Fernanda Grazielle da Silva Cunha, padrão VL-46, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Charles Santos.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 50/2021****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 100/2021**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 6/10/2021, às 9 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a aquisição de equipamentos de áudio e vídeo.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 20 de setembro de 2021.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico Para Registro de Preços nº 56/2021****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 107/2021**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 8/10/2021, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade o registro de preços para aquisição de material elétrico.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 20 de setembro de 2021.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

AVISO DE LICITAÇÃO**Pregão Eletrônico nº 59/2021****Número do Processo no Portal de Compras: 1011014 117/2021**

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais torna público que fará realizar em 7/10/2021, às 10 horas, pregão eletrônico do tipo menor preço, através da internet, tendo por finalidade a contratação de seguro de acidentes pessoais para o quadro de estagiários da ALMG.

O edital se encontra à disposição dos interessados nos *sites* www.compras.mg.gov.br e www.almg.gov.br.

Belo Horizonte, 20 de setembro de 2021.

Cristiano Felix dos Santos Silva, diretor-geral.

ESTADO DE MINAS GERAIS – PODER LEGISLATIVO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

SETEMBRO DE 2020 A AGOSTO DE 2021

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea “a”)

RS 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 meses)													INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS													
	Set/20	Out/20	Nov/20	Dez/20	Jan/21	Fev/21	Mar/21	Abr/21	Mai/21	Jun/21	Jul/21	Ago/21	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	87.358.705,88	88.441.755,24	86.882.695,91	201.636.169,25	89.693.610,21	88.914.378,86	88.888.839,03	87.950.762,53	88.544.791,77	114.144.362,06	88.122.663,22	96.856.346,89	1.207.435.080,85	74.614.728,00
Pessoal Ativo	55.476.436,56	56.789.457,93	55.482.392,29	151.222.167,98	58.059.877,54	57.411.014,95	57.395.541,90	56.808.844,65	57.515.198,38	70.775.707,33	57.067.423,86	65.677.774,86	799.681.838,23	74.614.728,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	46.257.565,85	47.509.292,67	46.203.374,96	132.378.137,74	47.328.549,73	46.510.230,72	46.520.629,94	45.971.975,10	46.609.494,32	59.956.648,64	46.311.551,41	53.066.794,16	664.624.245,24	74.614.728,00
Obrigações Patronais	9.218.433,13	9.279.727,68	9.278.579,75	18.843.592,66	10.730.712,57	10.900.117,72	10.874.245,45	10.836.203,04	10.904.935,01	10.818.289,64	10.755.052,13	12.610.160,38	135.050.049,16	
Benefícios Previdenciários	437,58	437,58	437,58	437,58	615,24	666,51	666,51	666,51	769,05	769,05	820,32	820,32	7.543,83	
Pessoal Inativo e Pensionistas	31.882.269,32	31.652.297,31	31.400.303,62	50.414.001,27	31.633.732,67	31.503.363,91	31.493.297,13	31.141.917,88	31.029.593,39	43.368.654,73	31.055.239,36	31.178.572,03	407.753.242,62	
Aposentadorias, Reserva e Reformas	31.737.372,54	31.513.528,69	31.261.535,00	50.196.208,17	31.494.964,05	31.364.595,29	31.354.528,51	31.003.149,26	30.890.824,77	43.177.203,20	30.944.292,56	31.067.625,23	406.005.827,27	
Pensões	144.896,78	138.768,62	138.768,62	217.793,10	138.768,62	138.768,62	138.768,62	138.768,62	138.768,62	191.451,53	110.946,80	110.946,80	1.747.415,35	
Outros Benefícios Previdenciários														
Outras Despesas de Pessoal – Contratos de Terceirização ou de Contratação de Forma Indireta (§1º do art. 18 da LRF)														
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente														
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (II) (§ 1º do art. 19 da LRF)	9.852.622,14	10.396.411,82	9.330.583,63	20.131.247,97	13.135.202,65	13.293.038,19	13.847.001,33	13.860.686,65	14.099.052,56	13.715.267,03	13.877.141,03	16.225.818,06	161.764.073,06	74.614.728,00
(-) Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	391.455,32	1.086.244,24	81.376,60	188.047,01	36.977,32	108.034,40	723.990,52	346.350,88	579.165,37	166.354,20	405.523,93	94.514,25	4.208.034,04	14.974.182,69
(-) Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração														
(-) Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração		1.710,64		210.154,20									211.864,84	14.490.604,64
(-) Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	9.300.485,96	9.308.456,94	9.249.207,03	19.711.392,50	13.098.225,33	13.185.003,79	13.123.010,81	13.514.335,77	13.519.887,19	13.456.820,32	13.471.617,10	16.127.572,90	157.066.015,64	
(-) Despesas de Caráter Indenizatório	160.680,86			21.654,26						92.092,51		3.730,91	278.158,54	45.149.940,67
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III)=(I - II)	77.506.083,74	78.045.343,42	77.552.112,28	181.504.921,28	76.558.407,56	75.621.340,67	75.041.837,70	74.090.075,88	74.445.739,21	100.429.095,03	74.245.522,19	80.630.528,83	1.045.671.007,79	0,00
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL		VALOR											% SOBRE A RCL AJUSTADA	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA – RCL (IV)		79.988.293.158,36											100,00	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL – DTP sobre a RCL (V) = (III a + III b)		1.045.671.007,79											1,3073	
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF)		1.599.765.863,17											2,0000	
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art. 22 da LRF)		1.519.777.570,01											1,9000	

LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.439.789.276,85	1,8000
FONTES: RCL: SIAFI-MG, SEF/SCCG,17/set/2021, 09h e 22m; Dados da execução: SIAFI-MG, ALMG, 01/set/2021, 9h e 30m.		

Notas: (1) Indenização por exoneração de servidores de recrutamento amplo: férias e adicional de férias, pagos por ocasião da exoneração (elemento/ítem 3.1.90.94-01): R\$ 4.208.034,04;

(2) Despesas com inativos custeadas com recursos de contribuições patronais e de servidores para o FUNFIP/FFP - art.19, §1º, VI, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000: R\$ 157.066.015,64;

(3) Despesas não computadas no art. 18, caput, da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000: Férias-prêmio devidas por ocasião da aposentadoria (elemento/ítem 3.1.90.16-05): R\$ 278.158,54;

(4) Os limites máximo, prudencial e de alerta foram fixados em conformidade com a Decisão Conjunta da Assembleia Legislativa e do Tribunal de Contas de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial de Contas em 12 de janeiro de 2015.

Deputado Agostinho Célio Andrade Patrus, presidente – Deputado Antonio Carlos Arantes, 1º-vice-presidente – Deputado Jean Mark Freire Silva, 2º-vice-presidente – Deputado Alencar Magalhães da Silveira Júnior, 3º-vice-presidente – Deputado Luiz Tadeu Martins Leite, 1º-secretário – Deputado Carlos Henrique Alves da Silva, 2º-secretário – Deputado Arlen de Paulo Santiago Filho, 3º-secretário – Cristiano Félix dos Santos Silva, diretor-geral – Antoninho Rodrigues Goulart, diretor de Finanças



ERRATA

ATA DA 80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 16/9/2021

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 18/9/2021, na pág. 2, sob o título “Ofícios”, no despacho do ofício dos Srs. José Carlos Dias e Augusto César Guimarães de Moura, onde se lê:

“(– Anexe-se ao referido requerimento.)”, leia-se:

“(– À Comissão de Saúde.)”.